

Basta de sabotagem ao crescimento

“Presidente do BC

não é o dono do

Brasil”, alerta Lula



Hollywood em greve: atores se somam aos roteiristas e aos escritores

Atores e roteiristas de Hollywood realizam a primeira paralisação conjunta em seis décadas anunciou, na quinta-feira (13/07), o sindicato dos atores (Screen Actors Guild-American Federation of Television and Radio Artists SAG-AFTRA), que representa 160 mil atores sindicalizados de cinema, rádio e TV dos EUA. Na noite da quarta-feira (12), o sindicato encerrou sem acordo as negociações de semanas com a Aliança de Produtores de Cinema e Televisão (AMPTP), órgão que reúne empresas como Netflix, Amazon, Apple, Disney, Warner, NBC Universal, Paramount e Sony. Juntando-se à greve dos roteiristas que se estende desde o início de maio, os atores pedem reajuste pela inflação e pagamentos por ganhos residuais, entre outras reivindicações. **Pág. 7**

EUA se isolam ao aticar guerra com bombas de fragmentação

A China condenou a decisão da Casa Branca de fornecer bombas de fragmentação – também chamadas de ‘munição cluster’ – ao regime de Kiev, oposição expressa até mesmo pela Alemanha, Grã Bretanha, Itália, Canadá, Espanha e Nova Zelândia. A ONU, a Cruz Vermelha Internacional e a Anistia Internacional também se pronunciaram contra. “A China notou que a decisão dos EUA causou preocupação generalizada na comunidade internacional. Muitos países expressaram explicitamente sua oposição a isso. A entrega irresponsável de munições cluster pode facilmente causar problemas humanitários”, disse a porta-voz da chancelaria chinesa, Mao Ning. **Pág. 6**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.914 19 a 25 de Julho de 2023

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“O que estamos pedindo é um juro menor. É pedir demais?”, questionou

O “presidente do Banco Central tem que saber que ele não é dono do Brasil, que ele foi colocado lá por decisão do Senado”, afirmou o presidente Lula, em dura crítica a Campos Neto. “O que nós estamos pedindo é que os juros precisam ser menores para facilitar que os empresários possam tomar crédito para que a economia volte a crescer”. “Queremos juros mais baixos para facilitar que o pequeno e o médio empreendedor possa financiar o seu negócio. É só isso! O que estamos querendo é demais?”, indagou o presidente. **Pág. 3**

Deflação e PIB negativo: juro de Campos Neto abala a economia



UNE realizou um grande ato contra os juros altos do BC, durante o 59º Congresso realizado em Brasília

Milhares de estudantes no DF pedem a saída de Campos Neto

O 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) definiu, na noite do sábado (15), as diretrizes da entidade para a gestão dos próximos dois anos. As resoluções de Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil foram aprovadas em Plenária Final realizada no ginásio Nilson Nelson, em Brasília. Entre as pautas principais, estão a luta pela redução dos juros e por mais investimentos em educação e

no desenvolvimento do país. “A política de juros altos insistentemente levada a cabo pelo Banco Central sob a liderança de Campos Neto inviabiliza o crescimento econômico, e a proposta de arcabouço fiscal impõe limites para o desenvolvimento que o Brasil precisa”, diz o documento aprovado. A pernambucana Manuella Mirella (foto em destaque) foi eleita a nova presidente da UNE, com 74,27% dos votos do Congresso. **Páginas 4 e 8**



A atividade econômica do país recuou 2% em maio, frente ao resultado de abril (0,56%), segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, divulgado na segunda-feira (17). Esse é o maior tombo registrado pelo IBC-Br desde março de 2021, quando a economia recuou 3,6%. A outra notícia preocupante, fruto da recessão, foi a deflação registrada em junho. “A pretendida desaceleração do Banco Central chegou muito forte”, declarou o ministro da Fazenda sobre a queda no IBC-Br, considerado a prévia do PIB. **Página 2**

“Cid ocultou a verdade como testemunha”, diz CPI do Golpe

Diante do silêncio de Mauro Cid na última terça-feira (11), a CPMI do Golpe, no Congresso Nacional, decidiu acionar a 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília contra o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL). A representação aponta que o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro abusou do direito ao silêncio e, portanto, teria cometido o delito de “calar a verdade como testemunha”. **Página 3**

Jandira: ‘paga-se de juros o dobro do que vai para a Saúde e Educação’

A deputada federal Jañdira Feghali (RJ), líder da bancada do PCdoB na Câmara, defendeu que o Congresso Nacional precisa discutir a exoneração do presidente do BC, Roberto Campos Neto, por não cumprir com os deveres instituídos pela lei da autonomia. Jandira participou do debate sobre os juros no 59º Congresso da UNE, na sexta-feira (14). **P. 3**

Foto: Divulgação



Refinaria foi entregue à múlti canadense

Ação na Justiça pede anulação da entrega da unidade de xisto da Petrobrás a caloteiros

Na última sexta-feira (14), a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) e a deputada estadual do Paraná Ana Júlia Ribeiro (PT) ajuizaram uma ação popular que busca anular a venda da Unidade de Industrialização do Xisto (Six) para a empresa canadense Forbes Resources Brazil Holding S.A.

A iniciativa se dá após a denúncia de que a multinacional canadense, também conhecida como F&M Brazil ou Forbes & Manhattan, deu um calote milionário na Petrobrás.

A SIX, ex-subsidiária da Petrobrás, situada em São Mateus do Sul (PR), foi privatizada em novembro de 2022, sendo comprada pelo grupo canadense por cerca de US\$ 41,6 milhões.

Ocorre que o governo Bolsonaro, além de vender a refinaria abaixo do preço que ela realmente valia e entregar a tecnologia que foi desenvolvida pela Petrobrás (Petrosix – única no mundo para a obtenção de óleo do xisto betuminoso, sendo mais eficiente e ecológica), também acordou com os canadenses que a Petrobrás seguiria administrando a unidade, por meio de uma remuneração, até que a nova empresa (Paraná Xisto) pudesse andar com as próprias pernas (!) – isso mesmo caro leitor – o governo Bolsonaro vendeu uma refinaria estratégica para o país a alguém que sequer sabia como tocar o negócio adiante.

Porém, nesta semana a direção da Petrobrás divulgou que interrompeu este acordo absurdo, argumentando que a Forbes & Manhattan não estava honrando com o compromisso de pagamento pela prestação de serviços da estatal. O calote gira em torno de R\$ 140 milhões.

Foi com base nessa nova denúncia, além de outras já apresentada sobre o processo de privatização da SiX, que as parlamentares do PT ingressaram com a ação na Justiça pedindo a anulação do negócio.

“Além das diversas irregularidades e inconsistências encontradas no processo de venda da SIX para a F&M [grupo canadense], havia indícios de que essa empresa não possuía capacidade, nem técnica, nem financeira para executar as operações da unidade”, afirmam as deputadas na ação popular.

“Tal fato se concretizou com a paralisação das atividades a partir de 10 de julho, devido ao não cumprimento das obrigações contratuais pela F&M Brazil”, apontaram as parlamentares do PT.

Antes desta ação, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) e o Sindipetro (PR/SC) já questionavam na justiça as irregularidades na venda da refinaria do Paraná.

A privatização da Six fez parte do projeto de desmonte da Petrobrás, encabeçado por Bolsonaro que em 2019 firmou um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para a privatização de 8 refinarias da estatal, a metade do parque de refino da empresa.

Desta, quatro refinarias foram vendidas: além da Six, a Refinaria Landulpho Alves (Rlam) na Bahia, a Isaac Sabbá (Reman) no Amazonas e a Refinaria de Lubnor no Ceará.

Foto: Tânia Régio/Agência Brasil



Queda nos preços dos grupos de alimentos e bebidas e de transportes foram os que mais contribuíram para a deflação no mês de junho, diz IBGE



Juro alto do BC torna prévia do PIB negativa em maio, afirma Haddad

“A pretendida desaceleração do BC chegou muito forte”, declarou o ministro da Fazenda sobre a queda de 2% no índice de atividade econômica do BC (IBC-Br)

A atividade econômica do país recuou 2% em maio, frente ao resultado de abril (0,56%), segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, divulgado na segunda-feira (17). Esse é o maior tombo registrado pelo IBC-Br desde março de 2021, quando a economia recuou 3,6%.

Ao comentar o resultado do indicador do BC, considerado uma “prévia” do Produto Interno Bruto (PIB), oficialmente divulgado pelo IBGE, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o péssimo resultado da economia está ligado a política monetária contracionista do Banco Central, que impõe os juros altos ao Brasil para restringir o consumo de bens e serviços no país.

“Foi um resultado esperado. O juro real é muito elevado. A pretendida desaceleração do Banco Central chegou muito forte”, declarou Haddad. “Precisamos ter muita cautela com o que pode acontecer se as taxas forem mantidas na casa de 10% o juro real ao ano. E muito pesado para a economia”, criticou o ministro em conversa com jornalistas.

A queda do desempenho da economia, em conjunto com resultado de deflação

registrado em junho, queda de -0,08% do IPCA, aumentam a pressão contra Roberto Campos Neto (presidente do BC), que com sua falácia de inflação de demanda renitente, tenta justificar o injustificável para manter os juros na Lua, com a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano desde agosto de 2022.

Com os juros escorchantes do BC inibindo o crédito e o consumo das famílias, a produção industrial brasileira seguiu estagnada no mês de maio, ao variar apenas +0,3% frente a abril, quando recuou -0,6%, segundo dados do IBGE. No ano, até maio, a Indústria acumula uma queda de -0,4% e, em 12 meses, a variação é nula (0,0%) na sua produção.

As vendas do comércio varejista tombaram tanto na modalidade restrita (-1,0%) como na modalidade ampliada, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção (-1,1%), na passagem de abril para maio, também de acordo com dados IBGE.

Na comparação anual, o saldo da venda do setor está negativo em 1%. O comércio varejista só não está no campo negativo na análise do acumulado do ano (alta de

1,3%) por conta do resultado das vendas obtidas em janeiro (3,9%), que nada mais foi um refluxo proporcionado pelos descontos criados após o período festivo de final de ano e Black Friday, cujas vendas naufragaram. Em dezembro de 2022, as vendas do setor haviam tombado em -2,7%, após o recuo de -0,7 em outubro.

Por sua vez, após o recuo de 1,5% em abril, o volume de serviços prestados no país cresceu apenas 0,9%, não recuperando as perdas do mês anterior. O setor de Serviços, que sustentou o crescimento da economia após o fim das medidas de restrições de mobilidade criadas para combater a evolução da Covid-19 no país, opera 2,0% abaixo do pico recorde alcançado em dezembro do ano passado, segundo a série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, iniciada em 2011.

Entre as modalidades desse setor, destaca-se ainda que os serviços prestados às famílias estão 13,1% abaixo do pico de maio de 2014, enquanto os serviços profissionais, administrativos e complementares estão 14,1% abaixo do ápice de março de 2012, e o segmento de Outros serviços está 12,9% abaixo do auge de janeiro de 2012.

Sem demanda e com o crédito arrochado, venda do comércio varejista cai em maio

As vendas no comércio varejista ficaram no vermelho em maio com quedas tanto na modalidade restrita (-1,0%) como na ampliada, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção (-1,1%), na comparação com abril, segundo divulgou o IBGE na sexta-feira (14). Foi a segunda queda consecutiva. Em abril o setor caiu -0,1%.

Com mais esta queda no volume de vendas, o comércio varejista está 3,6% abaixo do patamar recorde registrado em outubro de 2021, de acordo com a série histórica da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), iniciada em 2000.

O comércio brasileiro segue em dificuldade neste ano por conta da insensata política de juros altos que está sendo imposta ao país pelo

Banco Central (BC) “autônomo” de Campos Neto. Com a inflação recuando e a taxa de juros básica (Selic) mantida em 13,75%, os juros reais no Brasil, que são os maiores do mundo, seguem evoluindo e inibindo o consumo de bens e serviços no país e endividando ainda mais as famílias.

“Algo que tem inibido bastante o consumo é o fato de o crédito para pessoa física continuar caindo. Esse é o principal componente que influencia esse resultado negativo”, disse o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

O setor só não está no campo negativo na análise do acumulado do ano (alta de 1,3%) por conta do resultado das vendas em janeiro (3,9%), um refluxo proporcionado pelos descontos criados após

o período festivo de final de ano e a Black Friday, cujas vendas naufragaram. Em dezembro de 2022, as vendas do setor tombaram -2,7%, após o recuo de -0,7 em outubro. Em fevereiro voltaram a cair -0,3% e em março tiveram uma variação de +0,6%.

Dos 10 segmentos pesquisados pelo IBGE, cinco tiveram perdas. “Um dos piores resultados foi o de supermercados, alimentos, bebidas e fumo (-3,2%, com ajuste), que devolveu praticamente todo avanço do mês anterior (+3,6%). Tecidos, vestuário e calçados (-3,3%), bem como outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,3%), por sua vez, colecionam variações negativas há mais tempo”, destacou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Deflação de 0,08% em junho pressiona por queda do juro

É a maior queda para o mês de junho desde 2017. Em doze meses, a inflação acumulada é de 3,16%. Alimentação e bebidas e Transportes tiveram as maiores quedas

Após três meses seguidos em desaceleração, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador da inflação oficial do país, apresentou no mês de julho o 1º resultado de deflação no ano, com queda de -0,08% em junho, elevando a pressão contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e sua falsa inflação de demanda.

Esta é a menor variação para o mês de junho desde 2017, segundo dados divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando também teve queda de 0,23%. Em junho de 2022, o índice teve alta de 0,67%.

No ano, a inflação acumula alta de 2,87%, taxa bem abaixo do registrado para o mesmo período do ano passado (5,49%). Em 12 meses, o IPCA fechou em alta de 3,16%, taxa que está também abaixo da marca registrada para o mesmo período do ano anterior (11,89%).

Com o Banco Central seguindo mantendo a Selic em 13,75%, os juros reais, quando descontado a inflação dos últimos 12 meses, segue disparando no Brasil, elevando ainda mais as dívidas das empresas, das famílias e do próprio governo, que de janeiro a maio já transferiu de recursos públicos para pagamento de juros a bancos R\$ 296,7 bilhões, segundo dados do BC. No ano passado, no mesmo período, foram transferidos do setor público – isto é, governo central, Estados e estaduais – via juros R\$ 187,5 bilhões.

De acordo com o IBGE, quatro dos nove grupos pesquisados apresentaram queda em junho, com destaque para os recuos

de Alimentação e bebidas (-0,66%) e Transportes (-0,41%), que tiveram maiores influências para o resultado do IPCA. Os dois grupos representam cerca de 42% do indicador de inflação, segundo o analista do IBGE André Almeida.

“Alimentação e bebidas e Transportes são os grupos mais pesados dentro da cesta de consumo das famílias. Juntos, eles representam cerca de 42% do IPCA. Assim, a queda nos preços desses dois grupos foi o que mais contribuiu para esse resultado de deflação no mês de junho”, explica Almeida.

O recuo nos preços do grupo Alimentação foi puxado pela alimentação no domicílio, que apresentou queda de -1,07%. Entre os destaques, foram constatadas quedas nos preços do óleo de soja (-8,96%), das frutas (-3,38%), do leite longa vida (-2,68%) e das carnes (-2,10%). Por outro lado, a batata-inglesa (6,43%) e alho (4,39%) subiram de preço no período.

Do lado do Transportes, a queda veio com redução de preços de todos os combustíveis. A gasolina, que tem maior peso individual, teve recuo de 1,14%. O óleo diesel caiu 6,68%. Etanol, 5,11%. Por sua vez, o gás veicular teve queda de 2,77%. Por fim, o gás de botijão teve baixa de 3,82%. No lado das altas, as passagens aéreas subiram 10,96%, após queda de 17,73% em maio.

Resultado dos nove grupos que compõem o IPCA: Alimentação e bebidas: -0,66%; Habitação: 0,69%; Artigos de residência: -0,42%; Vestuário: 0,35%; Transportes: -0,41%; Saúde e cuidados pessoais: 0,11%; Despesas pessoais: 0,36%; Educação: 0,06%; Comunicação: -0,14%.

Empresários da construção cobram redução dos juros

Em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, empresários da Construção Civil fizeram duras críticas ao Banco Central (BC), presidido por Campos Neto, por manter os juros altos, apesar dos indicadores estarem demonstrando retração da inflação e o desachecimento da economia do país.

“Nós mencionamos ao ministro que a taxa de juros real do Brasil é a maior do mundo e que nenhuma empresa, de qualquer setor, tem condições de lidar com isso”, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, em entrevista ao Broadcast do jornal “O Estado de S. Paulo”.

Estavam presentes na reunião as diretorias do Secovi-SP (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais) e da Abrainc. Os dirigentes do setor imobiliário foram recebidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pela presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Rita Serrano, e pela vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês da Silva Magalhães.

Após três meses seguidos em desaceleração, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador da inflação oficial do país medido pelo IBGE, registrou no mês de julho o 1º resultado de deflação no ano, com queda de -0,08% em junho. Diante deste resultado negativo, “o Banco Central tem condições de reduzir a taxa”, defendeu França.

Como Banco Central manteve a taxa de juros básica da economia (Selic) em 13,75% na sua última reunião, os juros reais – quando descontado a inflação dos últimos 12 meses – seguem em disparada no

Brasil restringindo o consumo de bens e serviços no país e elevando as dívidas das empresas, famílias e do próprio governo, que já gastou até maio deste ano com o pagamento dos juros da dívida pública R\$ 296,7 bilhões, o que corresponde a uma alta de 58% frente ao que foi pago no acumulado de janeiro a maio do ano passado (R\$ 187,5 bilhões).

Por meio de nota, a Abrainc destacou que “o resultado do IPCA de junho é mais uma prova de que o processo inflacionário está sendo controlado no país. Diante desse cenário, é necessário que o Banco Central comece a reduzir a Taxa Selic para estimular o desenvolvimento econômico, social e principalmente a geração de empregos no Brasil”.

A entidade denuncia que a Selic alta, no caso do mercado imobiliário, está inibindo o financiamento para a compra e a construção de imóveis, já que as taxas de juros subiram para dois dígitos nos últimos meses.

Com o mercado imobiliário desaquecido, só neste ano, por exemplo, as vendas de materiais de construção já amargaram quatro resultados negativos seguidos: fevereiro (-2,0), março (-0,4%), abril (-1,2), e maio (-0,9%), segundo dados do IBGE.

Por conta desses resultados, no acumulado dos primeiros cinco meses deste ano, as vendas do setor recuaram em -3,8%, em comparação ao mesmo intervalo de meses de 2022.

França disse que a reunião com o ministro Fernando Haddad serviu para atualizar o governo sobre o andamento do mercado imobiliário e apresentar uma demanda específica à pasta. “O governo já fez muito e está fazendo”, disse Luiz França, citando as novas regras do Minha Casa, Minha Vida.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@ig.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Deputada federal, líder do PCdoB

‘o que se paga de juros é o dobro do dinheiro da Saúde e Educação’, afirma Jandira

A deputada federal Jandira Feghali (RJ), líder da bancada do PCdoB na Câmara, defendeu que o Congresso Nacional precisa discutir a exoneração do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por não cumprir com os deveres instituídos pela lei da autonomia.

Em debate realizado no 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na manhã desta sexta-feira (14), a parlamentar denunciou que “o que se paga de juros é o dobro do que se paga em Saúde e Educação”, o que decorre da taxa básica de juros (Selic) definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), órgão do BC.

Atualmente, com os juros nominais em 13,75% e a inflação em 3,16%, os juros reais estão em 10,59%. O Brasil é o país com o maior juro real do mundo.

Para Jandira Feghali, a redução dos juros “é a bandeira tática mais importante da conjuntura brasileira”.

A lei que determinou a autonomia estabelece como objetivo do Banco Central “fomentar o pleno emprego”, o que não está sendo feito por Roberto Campos Neto, indicado por Bolsonaro.

O texto prevê que a exoneração do presidente do BC pode acontecer caso comprovado “desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos” estabelecidos pela lei.

Jandira defendeu ainda a construção de um projeto de desenvolvimento nacional, com foco em indústria, educação e cultura.

Esse projeto, disse, precisa se contrapor ao neoliberalismo instalado no Brasil ao longo das últimas décadas, que busca reduzir os investimentos e impedir o desenvolvimento econômico do país.

A deputada falou que as universidades de todo o país precisam se engajar no debate dessas ideias.

No debate, Jandira também reafirmou a necessidade da frente ampla para derrotar o fascismo no Brasil. Apesar da vitória eleitoral sobre Bolsonaro, o fascismo segue vivo e atuante, explicou.

Na avaliação da parlamentar, sem a frente ampla, Jair Bolsonaro venceria as eleições de 2022.

Jandira Feghali, que é membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Golpe, declarou que Jair Bolsonaro é o mandante dos planos e das tentativas de golpe contra a democracia que estão sendo descobertos nas investigações.

“Ataques contra a democracia são imperdoáveis. Espero que a CPMI consiga levar o Bolsonaro para a cadeia”, apontou.

Quando uma pequena parcela do público presente reclamou da defesa da frente ampla feita por Jandira, a parlamentar respondeu que “contra o fascismo, o isolamento nos derrota”.

P. B.

“Com o juro de 13,75%, não adianta fazer o ‘Desenrola’”, avalia ministra Simone Tebet

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou na sexta-feira (14), que a taxa de juros do Banco Central em 13,75% impede o crescimento do país e aumenta o endividamento da população.

A crítica se deu em entrevista coletiva ao participar do lançamento do programa “Desenrola Brasil”, criado pelo governo federal para a renegociação de dívidas, que começará a operar já na próxima segunda-feira (17).

Segundo o governo, a partir de segunda-feira, os maiores bancos do país terão que “limpar o nome” de até 1,5 milhão de correntistas que têm dívidas inferiores a R\$ 100. Esse processo tem que ser concluído até o próximo dia 28.

“Não adianta fazer o ‘Desenrola’, aliviarmos a vida das pessoas e apresentar um programa eficiente sob todos os aspectos, com juros de 13,75%. O Brasil não comporta um Desenrola por ano. Nós precisamos de espaço fiscal para investir naquilo que verdadeiramente precisamos, como Saúde, Educação, obras de infraestrutura e tudo mais”, declarou.

A ministra explicou que programas como o “Desenrola” são feitos de tempos em tempos dentro de uma determinada realidade.

“Ficarmos todos os anos abarcando essas pessoas e essa famílias porque não estamos conseguindo baixar os juros, que é a verdadeira causa, dentro de outras coisas, do endividamento das famílias brasileiras. Aí não tem razão”, completou Tebet.

Ao lado de Simone Tebet na entrevista, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macedo, também criticou a atuação do Banco Central (BC) em manter a taxa de juros nas alturas.

“Ele [Roberto Campos Neto, presidente da autarquia] não pode se esconder atrás da autonomia do Banco Central para não cumprir o seu papel constitucional, que é garantir o controle fiscal e da inflação [...] e ajudar a criar as condições para o Brasil crescer, a economia girar e gerar emprego e renda”, disse Macedo.

“O Brasil inteiro está pedindo. Não é possível um país crescer o suficiente para resolver os problemas do povo com a taxa Selic de 13,75%, quando a inflação está 3,16%. [...] Isso é inadmissível”, acrescentou o ministro.

“O presidente do BC não é o dono do Brasil”, afirma Lula



Reprodução

Presidente disse que até 2026 meta é contratar mais 2 milhões de moradias

CPMI aciona Justiça por silêncio abusivo de Cid: ocultou “a verdade como testemunha”

Diante do silêncio de Mauro Cid na última terça-feira (11), a CPMI do Golpe, no Congresso Nacional, decidiu acionar a 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília contra o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL).

Na representação protocolada, nesta quinta-feira (13), por meio da Advocacia do Senado, o colegiado aponta que o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro abusou do direito ao silêncio e, portanto, teria cometido o delito de “calar a verdade como testemunha”.

De acordo com o artigo 4º, II, da Lei 1.579/52, constitui crime fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cópia do documento foi enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal), com pedido de adoção de providências adicionais à Corte.

HABEAS CORPUS

Mauro Cid compareceu à CPMI amparado por habeas corpus que lhe garantia o direito de silenciar em situações que pudessem produzir provas contra ele, em casos em que aparecesse como investigado.

Mas, de acordo com parlamentares, ele abusou desse direito ao se negar a responder assuntos alheios aos fatos que poderiam incriminá-lo.

“Assim, se de um lado, como cidadão tem o direito de se valer das garantias inerentes à não incriminação, por outro lado, tem o dever reforçado de, como testemunha, depor à

Comissão Parlamentar de Inquérito fatos alheios a essa cláusula e de que, eventualmente, tenha conhecimento em razão de sua investidura em elevadas funções públicas que exerceu concomitantemente aos fatos sob investigação”, aponta a justificativa do documento protocolado no STF.

OS FATOS

No que seria a oitiva de Cid — peça-chave para esclarecer vários e múltiplos aspectos dos acontecimentos de 8 de janeiro, quando apoiadores do ex-presidente tentaram abrir caminho para um golpe de Estado — Cid se recusou a responder questões comezinhas como, por exemplo, a idade dele.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) fez a pergunta, e ele se negou a responder, como forma de explicitar que o ex-ajudante de ordens do ex-presidente não tinha nenhuma intenção de colaborar com a CPI.

A CPMI aprovou, na última terça-feira, a requisição dos sigilos telemáticos de toda a equipe do tenente-coronel Mauro Cid no gabinete pessoal da Presidência da República.

O sigilo telemático requerido é todo o histórico de contatos e mensagens das contas de e-mail do gabinete, inclusive aquelas apagadas e salvas como rascunho. Inclui também os documentos em anexo. Os requerimentos alcançam o tenente-coronel Cid e 8 funcionários da ajudância de ordens do gabinete pessoal de Bolsonaro.

ORIENTAÇÃO

A relatora da CPMI, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), foi a

responsável pelos pedidos. Para ela, o conteúdo das contas de e-mail do gabinete é relevante para orientar investigações sobre eventos dos quais a CPMI já tem indícios.

Um desses são as conversas de Mauro Cid com o coronel Jean Lawand Júnior, do Exército, a respeito de possível intervenção militar contra o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

“As informações e os documentos disponibilizados à CPMI revelam que o sr. Mauro Cid, enquanto ocupante do Gabinete Pessoal do Presidente da República, teria tido reiteradas conversas por meio eletrônico com o coronel Lawand sobre a possibilidade de então presidente Bolsonaro dar uma ‘ordem’ a ser cumprida pelas Forças Armadas”, escreveu em um dos requerimentos.

“Além disso, as investigações expostas pela mídia apresentaram seu possível envolvimento no pagamento de despesas de [da ex-primeira-dama] Michelle Bolsonaro com dinheiro vivo, sem comprovação da origem; tentativas de liberação de joias de propriedade da União para o presidente Bolsonaro; e fraude de certificados de vacina da covid”, argumentou a senadora nos requerimentos.

TRABALHOS

A única audiência realizada pela CPI nesta semana foi com Mauro Cid. O colegiado volta a se reunir depois do recesso parlamentar, que se inicia na próxima terça-feira (17) e se encerra dia 31 de julho, com retorno em 1º de agosto.

A única audiência realizada pela CPI nesta semana foi com Mauro Cid. O colegiado volta a se reunir depois do recesso parlamentar, que se inicia na próxima terça-feira (17) e se encerra dia 31 de julho, com retorno em 1º de agosto.

Forças Armadas impediram golpe de Bolsonaro, reafirma o chefe do Estado-Maior do Exército

O general Fernando José Sant’Ana Soares e Silva, chefe do Estado-Maior do Exército e número dois na hierarquia da Força, deu uma declaração firme na sexta-feira (14) sobre a posição das FFAA relativa às tramoias golpistas arquitetadas por Jair Bolsonaro e suas milícias logo após sua derrota nas urnas nas eleições presidenciais do ano passado.

“O Alto Comando do Exército nunca quis intervenção militar nem antes, nem durante e nem depois das eleições e da posse do presidente Lula”, disse o general. As informações são da jornalista Bela Megale, de “O Globo”. O general criticou a tentativa do bolsonarismo de arrastar a instituição para atividades criminosas e destacou que “há, nas Forças Armadas, o te-

mor de sua politização”.

“O grande medo que temos é a politização das Forças. Afastamos isso cumprindo o que manda a lei, que estabelece que militares da ativa não podem ter filiação partidária e não podem se manifestar politicamente. Outro ponto essencial é a manutenção de dois pilares rígidos: hierarquia e disciplina para que todo mundo faça a mesma coisa”, enfatizou.

Recentemente, foram identificados no celular do ex-ajudante de Ordem de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, planos detalhados de um golpe de Estado para manter o candidato derrotado no poder. Ele decretaria “Estado de Defesa” no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), rasgaria a Constituição e, pela força, mudaria o resultado das eleições. O

golpe não se consumou exatamente porque o Alto Comando do Exército foi contra. Mauro Cid diz isso claramente para um interlocutor desinteressado que queria o golpe de qualquer jeito.

No documento continua uma cronologia do crime. “Havendo deferimento, que constará em documento escrito que analisará os fatos descritos pelo Presidente da República e reconhecerá as inconstitucionalidades praticadas pelo Judiciário”, serão determinadas uma série de medidas, começando pela nomeação de um interventor, “que coordenará as medidas de restabelecimento da ordem constitucional”, fixação de prazo da intervenção até chegar à determinação de um novo prazo para novas eleições, por exemplo.

“Juros precisam ser menores para facilitar que os empresários possam tomar crédito para que a economia volte a crescer”, disse o presidente ao sancionar novo “Minha Casa Minha Vida”

O presidente Lula sancionou na manhã da quinta-feira (13) o novo Minha Casa, Minha Vida. Na solenidade, ele defendeu que o povo tenha atendido os seus anseios de moradia com qualidade e respeito. Ele defendeu moradias maiores e mais bem feitas. Criticou projetos em que as casas são pequenas e sem um mínimo de conforto.

O presidente foi duro mais uma vez também com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que vem praticando uma política de juros que inviabiliza qualquer investimento produtivo no país.

“O presidente do Banco Central tem que saber que ele não é dono do Brasil, que ele foi colocado lá por decisão do Senado”, apontou Lula, acrescentando que “o que nós estamos pedindo e que os juros precisam ser menores para facilitar que os empresários possam tomar crédito para que a economia volte a crescer”.

“Queremos juros mais baixos para facilitar que o pequeno e o médio empreendedor possa financiar o seu negócio. É só isso! O que estamos querendo é demais?”, indagou o presidente. Ele mesmo respondeu que não. “Nada. Só queremos viver em paz. Todo mundo sonha em ter um emprego, todo mundo sonha em ter uma casinha, todo mundo sonha ter seus filhos numa escola de qualidade, todo mundo sonha em ver seus filhos brincando na rua sem violência, sem medo de bandido, sem medo de bala perdida”, afirmou Lula.

O presidente defendeu o fim da violência. “Esse país não pode ter empresário se dizendo empresário porque tem um lugar para praticar tiro”, apontou. “Esse país, ao invés de lugar para praticar tiro, tem que ter lugar para praticar leitura, lugar para estudar melhor”, apontou o mandatário.

Lula mais uma vez falou da capacidade dos brasileiros para construir o Brasil. “Esse país será do jeito que a gente quiser. Esse país não será feito por nenhum francês, nenhum alemão ou um americano. Este país será feito por nós. Pelo povo brasileiro, com a nossa cor, com a nossa altura, com o nosso jeito de ser”, disse ele.

O líder brasileiro acrescentou que “nós temos que decidir que pátria que nós queremos, que nação que nós queremos. Uma nação que não tenha contencioso com outra nação, o nosso único contencioso é no futebol, o resto, nós temos que estar bem com todo mundo”.

Ele contou o início das discussões sobre moradia em seu primeiro governo. “Quando os empresários discutiram a primeira vez, eram 200 mil casas. Depois o Guido Mantega, propôs 500 mil achando que eram muitas casas. Pois bem,

Corregedor do TSE rejeita postergação da defesa de Bolsonaro sobre nova ação

O ministro Benedito Gonçalves, do corregedor do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), negou pedido enrolatório apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para ouvir testemunhas em uma das ações que ainda tramitam na Corte Eleitoral contra ele.

Com isso, Gonçalves acelerou a tramitação do caso, que pode gerar nova condenação de Bolsonaro, na esfera da Justiça Eleitoral.

A Aje (Ação de Investigação Judicial Eleitoral) foi apresentada pela coligação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — formada por 10 partidos políticos — e afirma que Bolsonaro cometeu abuso de poder político ao utilizar o Palácio da Alvorada para eventos eleitorais.

Esse é um dos 15 processos aos quais o ex-presidente ainda responde no TSE, mesmo após ter sido declarado inelegível no mês passado.

DEFESA

A defesa de Bolsonaro afirma que os eventos apontados não trataram exclusivamente

nós fizemos na primeira vez 4 milhões de casas, mostrando que era possível fazer, desde que a sociedade esteja vivendo em harmonia”, disse Lula.

“O presidente da República não pode brigar com o governador, não pode brigar com os prefeitos, o presidente não é adversário, o governador não é adversário, eles são representantes legítimos do povo que os elegeu. Os prefeitos e o estado têm que ver se há terrenos mais baratos, terrenos mais próximos dos centros mais desenvolvidos”, argumentou o presidente, sobre as construções de moradias populares.

Ele disse que prédios abandonados “são terrenos da União”. “Nós vamos transformar isso em coisas habitacionais. A quantidade de terrenos abandonados que existem nas regiões, a quantidade de prédios da União, só INSS tem 3 mil casas e terrenos, prédios. Por que isso fica na mão do INSS? Por que a gente não distribui isso para o povo? Faz as mudanças que tiver que fazer”, defendeu.

O chefe do Executivo defendeu essas soluções para não ter que “levar o povo para morar a 20 km de distância dos centros das cidades. “Leva para onde já tem asfalto, já tem escola, tem energia elétrica, já tem linha de ônibus”, salientou Lula.

“E apenas a gente fazer aquilo que é o óbvio. Nós podemos esquecer por que nós disputamos a eleição, ninguém pode esquecer porque nós estamos aqui. Nós não estamos aqui para inventar, nós estamos aqui para fazer o óbvio. Se fizermos o óbvio, sem inventar, esse país vai dar certo”, garantiu o presidente.

“Esse é o meu compromisso com o povo brasileiro. Entregar esse país sadio, economicamente forte, politicamente respeitado, com o povoa vendo a sua Constituição sendo cumprida pelas instituições. E as instituições cumprindo as suas obrigações. O presidente governa, o legislador legisla e o Judiciário julga. o Resto é conversa fiada. Boa sorte a todos!”, completou o presidente.

O programa Minha Casa, Minha Vida é o maior programa de habitação popular já executado no Brasil. Gerido pelo Ministério das Cidades, foi criado em 2009, e já entregou mais de 6 milhões de unidades habitacionais. Até 2026, a meta é contratar mais 2 milhões de moradias pelo programa.

No primeiro semestre de 2023, até o dia 3 de julho, o Minha Casa, Minha Vida entregou 10.094 unidades habitacionais em 14 estados. As residências entregues somam um investimento total de R\$ 1,17 bilhão. Nos próximos seis meses, a previsão é de entrega de mais oito mil unidades habitacionais e a retomada de 21,6 mil obras.

Corregedor do TSE rejeita postergação da defesa de Bolsonaro sobre nova ação

de questões eleitorais. Para supostamente “provar” isso, pediu que fossem ouvidas três testemunhas: os governadores Ronaldo Caiado (Goiás) e Gláston Cameli (Acre) e o cantor Fernando Zor, da dupla com Sorocoba.

Além disso, o candidato a vice na chapa de Bolsonaro, Walter Braga Netto, também sugeriu duas testemunhas: o governador Antonio Denarium (Roraima) e o ex-assessor Flávio Peregrino.

CONTROVÉRSIA

Entretanto, Gonçalves considerou que não há “controvérsia fática substancial” no processo que justifique a abertura da fase instrutória, quando há a coleta de provas — entre essas o depoimento de testemunhas.

O ministro determinou que o caso deve ser enviado à PGE (Procuradoria-Geral Eleitoral), que vai apresentar parecer sobre a procedência ou não da ação.

Depois disso, Gonçalves vai elaborar relatório e o caso já estará livre para ser julgado.

Manuella Mirella foi eleita no 59º Congresso da entidade

Nova presidente da UNE convoca ampla

mobilização pelo desenvolvimento do país

Manuella convocou a unidade dos estudantes em defesa de mais investimentos nas universidades e na reconstrução do “Brasil da esperança”

A pernambucana Manuella Mirella foi eleita presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) com 74,27%, em Congresso da entidade encerrado no domingo (17). Representando a chapa vencedora, Manuella defendeu uma ampla frente contra o fascismo e convocou os estudantes a construir “uma grande caravana em defesa de uma reforma universitária que coloque no centro a defesa do desenvolvimento e da soberania nacional”.

Manuella Mirella teve o apoio dos grupos Bloco na Rua, Mutirão, Levante Popular da Juventude e juventudes dos partidos PT, PDT, PSB e Rede Sustentabilidade. A nova presidente afirmou que a entidade tem como função, no próximo período, “varrer do Brasil a extrema-direita, os fascistas e o bolsonarismo”. A chapa obteve, ao todo, 4.593 votos e elegeu 12 diretores.

Manuella, filha de empregada doméstica e de feirante, estuda engenharia ambiental na FMU. A estudante defendeu uma política de permanência estudantil, a renovação da lei de cotas e mais investimentos nas universidades públicas, e conclamou a unidade dos estudantes “para reconstruir o Brasil da esperança”. Mirella ainda ressaltou as ações do governo Lula que beneficiaram os estudantes e o desenvolvimento da ciência brasileira, como investimentos nas universidades e o reajuste das bolsas de pesquisa.

Bruna Brelaz, presidente da UNE na gestão que se encerra com esse congresso, defendeu continuidade da frente ampla que derrotou Lula nas eleições. “Alguns esqueceram qual foi o maior inimigo, que ainda segue mobilizado. Para nós, o maior inimigo é o fascismo. Ser radical é defender a frente ampla”, discursou, lembrando que foi essa frente “que deu esperanças de ter um prato de comida e de ter uma vida melhor”, afirmou.



Protesto seguiu até a sede do Banco Central. Foto HP

Milhares de estudantes pedem “Fora Campos Neto” em protesto contra os juros praticados pelo BC

Milhares de estudantes participaram de uma manifestação em Brasília contra a política de juros altos praticada pelo Banco Central. A manifestação é parte do 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). O protesto seguiu até a frente da sede do Banco Central, onde os manifestantes lavaram o chão da entrada da instituição e sentaram em cadeiras escolares como forma de protesto. “Sou estudante e não abro mão de menos juros e mais educação”, cantavam. A então presidente da UNE, Bruna Brelaz, afirmou que não há nenhum motivo para que os juros sejam mantidos em 13,75%, a não ser uma sabotagem contra o governo Lula. Brelaz disse que os juros precisam cair já na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Segundo a UNE, cerca de 10

Para ela, os estudantes devem lutar para que a universidade seja um “instrumento de desenvolvimento nacional”.

Caio Guilherme, membro da chapa vitoriosa representando o movimento Mutirão e a Juventude Pátria Livre (JPL), apontou que a primeira tarefa da nova direção é “tirar Campos Neto do Banco Central”. Para o estudante da USP, no dia 11 de agosto, Dia do Estudante, a UNE deverá organizar uma manifestação pela redução da taxa básica de juros.

A chapa vencedora consolida a posição da entidade aprovada no dia anterior em relação às resoluções e diretrizes da entidade para os próximos dois anos, reforçando a campanha contra os juros altos do Banco Central, a defesa do investimento em educação pública e a defesa da democracia. “A política de juros altos insistentemente levada a cabo pelo Banco Central sob a liderança de Campos Neto inviabiliza o crescimento econômico, e a proposta de arcabouço fiscal impõe limites para o desenvolvimento que o Brasil precisa”, afirma o documento aprovado pelos estudantes.

A chapa formada pelos movimentos da Juventude Sem Medo, como Rua e Afronte, se uniram ao Quilombo, da juventude do PT, e defenderam apoio ao governo Lula, mas optaram por não se unir à majoritária. O grupo obteve 371 votos e elegeu um diretor. Outra chapa, composta pelo Movimento por uma Universidade Popular (MUP), Correnteza, Juntos! e outros grupos menores, também divergiram do grupo majoritário em relação ao apoio à frente ampla em torno do governo Lula, defendendo uma reforma do estatuto da entidade. O grupo obteve 1005 votos.

A União Juventude e Liberdade (UJL), movimento de direita e liberal, se retirou do congresso no sábado (16) e não apresentou candidatura para a direção da UNE.



Manuella foi eleita com quase 75% dos votos. Foto: Yuri Salvador Tubul



Plenária da UNE aprova luta contra os juros altos: ‘Menos dinheiro para banco e mais para Educação’

O 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) definiu, na noite de sábado (15), as diretrizes da entidade para a gestão dos próximos dois anos. As resoluções de Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil foram aprovadas em Plenária Final realizada no ginásio Nilson Nelson, em Brasília.

Entre as pautas principais aprovadas estão a luta pela redução dos juros e por mais investimentos em educação e no desenvolvimento do país. “A política de juros altos insistentemente levada a cabo pelo Banco Central sob a liderança de Campos Neto inviabiliza o crescimento econômico, e a proposta de arcabouço fiscal impõe limites para o desenvolvimento que o Brasil precisa”, afirma o documento aprovado pelos estudantes.

A UNE aprovou a convocação de manifestações pela redução dos juros em todas as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), órgão do BC que delibera sobre os juros.

A resolução ressalta também a defesa da democracia, denunciando os crimes cometidos pelo ex-presidente Bolsonaro e exigindo sua punição. A votação das resoluções foram definidas por aclamação

PROPOSTAS

As propostas de resolução de Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil foram apresentadas pelas diversas correntes políticas participantes do congresso. As resoluções aprovadas foram defendidas pelos movimentos Bloco na Rua, Mutirão, Levante Popular da Juventude, Para Todos, Reinventar e outros ligados à juventude do PT, que formam o campo majoritário da UNE.

A segunda proposta apresentada, rejeitada pela maioria da plenária, foi defendida pelos grupos que compõem a autodenominada Oposição de Esquerda, como a Correnteza, Juntos!, Afronte, Rua e o Movimento por uma Universidade Popular

(MUP). Representantes desses movimentos afirmaram que a UNE “não é ministério” e “tem que romper com o governo”. Eles ainda criticam o arcabouço fiscal do governo Lula e reivindicam a revogação imediata do Novo Ensino Médio. Assim como o texto aprovado, defenderam a redução dos juros e o maior financiamento da educação pública. O grupo União Juventude e Liberdade, que é abertamente de direita e se diz “uma voz do liberalismo”, está participando do congresso e atacando todas as correntes que participam da construção da UNE, sejam elas da direção ou da oposição. Ao defender sua resolução de Conjuntura, na qual diz que a liberdade é “livrar-se do fardo da mão estatal e não o apoio a um estado corporativista”, o grupo foi vaiado por todos os estudantes presentes no ginásio Nilson Nelson.

JUROS E DESENVOLVIMENTO

A resolução de Conjuntura Política aprovada denuncia que a taxa básica de juros mantida por Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central indicado por Bolsonaro, precisa ser derrubada e o dinheiro que hoje vai para os bancos deve ser usado como investimento público.

A taxa básica de juros está em 13,75%, sendo seu valor real, quando é descontada a inflação, 10,59%. Esse é o maior juro real do mundo. “Com a taxa de juros atual, estima-se que o repasse ao setor rentista excederá R\$ 800 bilhões apenas esse ano. Nos posicionamos a favor de menos dinheiro para os bancos e mais para a educação!”, afirmam os delegados do congresso. “É tarefa central dos estudantes reunir o conjunto do movimento social para aumentar a pressão pela redução das taxas de juros e transformar o lucro dos rentistas em investimento público”.

O 59º Congresso da UNE avalia que a política neoliberal colocada em prática pelos governos Bolsonaro e Temer tiveram como resultado “o desmonte de elementos estratégicos para a soberania nacional” e o “crescimento exponencial da fome”. O documento pontua que faz

parte da reconstrução do país derrotar o fascismo, o que não acontecerá sem que sejam feitas “transformações econômicas que melhorem significativamente a vida do povo brasileiro”.

DEMOCRACIA

O bolsonarismo, apesar de derrotado nas urnas, ainda existe como uma força política relevante e uma ameaça concreta à democracia, avalia a resolução. “A derrota de Bolsonaro não significa o fim do neofascismo no Brasil. Os ataques terroristas e golpistas às sedes dos três poderes em Brasília no dia 8 de janeiro demonstraram um processo de radicalização da agenda desse setor”, diz.

Os estudantes defendem prisão para “quem planejou, financiou e apoiou a tentativa de golpe”. “É essencial responsabilizar todos aqueles que conspiraram direta ou indiretamente contra a soberania popular”.

EDUCAÇÃO

Na resolução de Educação, os estudantes defenderam que o foco do governo federal seja o investimento e a criação de vagas nas universidades públicas. “O desmonte de Bolsonaro na educação representou um ataque central ao desenvolvimento e à soberania nacional. A universidade e educação são elementos centrais do projeto de reconstrução nacional”, criticaram. Para garantir que os estudantes mais pobres e em situação de vulnerabilidade consigam se formar, foi aprovada a luta para que seja tornado lei o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo R\$ 2,5 bilhões como orçamento anual.

A UNE também encabeçará a luta pela regulamentação do ensino superior privado, impedindo aumentos abusivos de mensalidade e contra os 40% de aula online em cursos presenciais. “É preciso combater a compra e venda desenfreada de instituições de ensino ao capital estrangeiro e a grupos especulativos”, pontuou.

PEDRO BIANCO E TIAGO CESAR

Estudantes e parlamentares debatem financiamento para as universidades estaduais

Na sexta-feira (14), ocorreu o segundo dia de debates da programação do 59º Congresso da UNE, realizado em Brasília. “O papel das Universidades Estaduais no desenvolvimento regional e na produção de ciência” foi tema de uma das mesas, que contou com a presença de Inácio Arruda, secretário de desenvolvimento social do Ceará e ex-senador, Laura Sito, deputada estadual (PT-RS), Odilon de Moraes, reitor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e Guilherme Bianco, vereador de Araraquara (PCdoB-SP).

Centrado na discussão da defesa das universidades públicas, os debatedores defenderam menos juros e mais recursos federais nas universidades estaduais para garantir que as instituições saiam do sufoco em que se encontram.

Guilherme Bianco, em um discurso que inflamou a plateia, ressaltou que as universidades estaduais terão que estar agora ainda mais mobilizadas após a reforma tributária, para que os recursos das instituições estaduais não sejam comprometidos.

“Lá nos anos 90, quando as universidades estaduais paulistas conquistaram a autonomia administrativa e financeira garantindo a alíquota do ICMS para seu financiamento, foi uma absoluta vitória da ciência do nosso estado. Com a reforma tributária, temos alguns impostos unificados, como é o próprio caso do ICMS, que agora será o IVA, que traz uma série de dúvidas para os gestores, professores e estudantes das universidades. Como vai ficar o financiamento das universidades estaduais paulistas?”, questionou.

“Temos que compreender como esse ponto se dará daqui para frente. O que me parece não ser razoável é o governo do estado passar a definir anualmente, dentro da LOA, do seu tesouro direto, quanto vai para a universidade. Primeiro, porque a gente tem uma ALESP que é absolutamente conservadora e um governo de estado que sempre se colocou de forma contrária às universidades estaduais. Precisamos ver isso”, disse.

“Outra questão é que hoje tem tido um aumento gigante de matrículas da própria pós-graduação, no caso das universidades estaduais paulistas. Só que, da mesma forma, não tem tido o acompanhamento do aumento do orçamento. Vai precisar aumentar o repasse. Nossa reivindicação era o aumento da alíquota de 9,7% para 11,2% do ICMS, porque falta dinheiro e está faltando professor, bolsa nas universidades, falta permanência estudantil, o passe Livre nem se discute, porque falta estrutura e falta dinheiro nas universidades estaduais”, disse Guilherme.

Inácio Arruda também reforçou a necessidade de que as redes das universidades estaduais sejam organizadas para a garantia de recursos federais. O ex-senador usou exemplos como os sistemas de saúde e sociais.

EDUCAÇÃO INTEGRADA

“Hoje no país, temos um sistema social unificado, que vai do Governo Federal até o município. Nós também temos o sistema de saúde unificado, onde o centro da proteção à saúde é o município. Então o Governo Federal passa o recurso para o município que, no caso da alta complexidade, passa para o estado. Nós temos uma estrutura de conselhos que delibera permanentemente sobre essas questões sociais e de saúde, mas porque não temos um para a educação? Claro, às vezes querem que os conselhos deixem de fazer isso ou aquilo, mas os conselhos têm um caráter de organização popular e é isso que precisamos na educação. O conselho tem um papel estratégico”, disse.

“No caso da educação pública brasileira e no caso da educação superior especificamente, nós temos o problema do financiamento que precisamos sanar e que nós temos que aproveitar o que o presidente Lula tem falado, que é preciso cobrar, fortalecer e criar os conselhos na educação, para que se tenha recursos”, continuou.

Bianco também comentou que é necessário que os estudantes lutem contra a alta taxa de juros e Campos Neto, um “inimigo da educação”. “É fundamental que a gente garanta que o povo esteja na rua organizado, mobilizado, discutindo um programa de Brasil, que seja popular e que seja democrático. Nesse próximo período, a UNE tem esse papel de mobilizar a nossa juventude e é preciso que a gente tenha em mente que nosso grande inimigo em conjunto, o grande inimigo do Brasil, hoje, chama-se Campos Neto. É tarefa da UNE lutar e brigar para derrubar este inimigo da educação, vamos lutar por essa bandeira!”, disse.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Laura Sito também reformou a questão do financiamento, ressaltando que “a universidade estadual contém uma produção de conhecimento mais conectada com o desenvolvimento regional dessas localidades”. “Isso é muito importante quando nós pensamos num projeto de paz e um projeto soberano no país. Portanto, as universidades estaduais têm um papel estratégico muito preponderante. É é fundamental que nós consigamos debater a sua estruturação, pensando na qualidade, extensão, mas também em permanência estudantil”, disse.

O reitor da UNEAL, afirmou que é preciso garantir que as universidades estaduais estejam incluídas no orçamento da União, para a garantia de funcionamento destas instituições. “Não estamos recebendo nenhum tipo de recurso do Governo Federal e os nossos governadores chegam para nós e dizem, ‘olha, a responsabilidade do ensino superior não é nossa. A responsabilidade do ensino superior é do governo federal!’”.

“Os governos dos estados muitas vezes não assumem as suas responsabilidades enquanto mantenedores das nossas estaduais. O governo federal diz que também não é responsabilidade deles. E isso vira um problema para nós gestores e para os estudantes. É uma luta que precisamos travar, que tenhamos garantias de recursos para o funcionamento das nossas instituições, é preciso que as universidades estaduais estejam no orçamento!”, defendeu Odinei, reitor da UNEAL.

TIAGO CESAR

Ricardo Stuckert



Governo homenageia cientistas em ato que celebra a retomada da ciência a serviço do país

O presidente Lula e a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, reuniram a comunidade científica em evento para a entrega das medalhas da Ordem Nacional do Mérito Científico a entidades e pesquisadores no Palácio do Planalto nesta quarta-feira (12).

Entre os homenageados, o infectologista Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda e a médica sanitária Adele Benzaken, que tiveram a honraria revogada pelo governo Bolsonaro em 2021. Outros 21 cientistas que renunciaram à indicação em solidariedade aos dois colegas também foram agraciados nesta quarta-feira. A época, mais de 200 cientistas condecorados em anos anteriores também publicaram um manifesto em que acusavam o governo de censura, perseguição e uso da honraria para interesses políticos e ideológicos.

Criada em 1993, a Ordem Nacional do Mérito Científico reconhece contribuições científicas e técnicas de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A indicação é feita por uma comissão composta por nove integrantes, designados de forma paritária pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

“Não há como pensar em crescer, em retomar indústria e produzir mais no campo, sem ciência. Não há como reduzir desigualdade sem ciência. A verdade é que o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento científico andam de mãos dadas”, afirmou o presidente Lula durante a cerimônia.

A solenidade no Palácio do Planalto marcou também a retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), após cinco anos paralisado, processo iniciado no último ano do governo Temer, e aprofundado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“O CCT é o principal fórum de debate com a comunidade científica, a sociedade e o setor produtivo e contaremos com a participação do presidente Lula nas discussões sobre as políticas de ciência, tecnologia e inovação que vão contribuir para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Brasil”, disse Luciana Santos.

O Conselho foi reformulado para ampliar a participação de representantes do governo e da sociedade civil. O novo projeto reestabeleceu o ambiente plural e democrático e restabeleceu a função de instância estratégica de formulação das políticas de ciência, tecnologia e inovação. “Neste governo, a ciência não é programa de um Ministério. Ela integra a agenda de todo o governo como pilar do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões”, completou a ministra.

Para Luciana, “esta solenidade se reveste de muitos significados. É um ato de desagravo à ciência e de reparação histórica aos cientistas, professores, médicos, pesquisadores – brasileiras e brasileiros que foram injustamente perseguidos e ameaçados por um governo anticiência e antívida”. “Hoje, celebramos a volta da ciência e podemos dizer que o tempo do negacionismo, do desprezo pelos instrumentos de participação social e de ameaça à democracia acabou”, acrescentou Luciana.

Fazendo um balanço do setor nos primeiros meses de governo, a ministra destacou o reajuste das bolsas de estudo e pesquisa da Capes e do CNPq, dois editais de pesquisa no valor de R\$ 590 milhões, o primeiro concurso público do MCTI em mais de dez anos e que “estabelecemos a TR como taxa de juros nos financiamentos, oferecendo crédito em condições competitivas para inovação nas empresas”.

“Isso mostra o quanto é criminosa a taxa praticada pelo Banco Central”. “13,75% é a taxa mais alta do planeta em condições macroeconômicas injustificáveis. Nós não podemos admitir que se tenha um boicote ao país, não é ao governo, é um boicote ao nosso país. Nós temos as condições macroeconômica, de inflação em queda, superávit da balança comercial, desemprego caindo, não é possível que isso permaneça”, afirmou.

Em seu discurso, a ministra afirmou que “a ciência tem enorme contribuição a oferecer ao processo de reindustrialização do país em novas bases tecnológicas. A ciência contribui para a geração de emprego de qualidade. Por isso, temos a compreensão que a inovação deve ser o pilar central da nova política industrial. Nesse sentido, dos R\$ 100 bilhões que o governo vai investir nos próximos quatro anos, estamos destinando R\$ 40 bilhões para inovação nas empresas. Os recursos dividem-se entre subvenção econômica e crédito. No caso do crédito, a TR promoveu uma verdadeira corrida aos financiamentos da Finep para inovação, mostrando a força do crédito barato. Com juros baixos, o setor produtivo reage, investe, inova e gera emprego”. “Por isso, repito, não há sentido em manter a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75%”.

Servidores federais reivindicam plano de reajuste salarial anual



Representantes dos servidores se reuniram com ministros no último dia 11



Sindicalista denuncia perseguição política na Eletrobrás por se manifestar contra privatização

Contrário à privatização da Eletrobrás, o engenheiro elétrico Ikaro Chaves, diretor da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobrás (Aesel), denunciou que está sofrendo perseguição política com abertura de demissão por justa causa. Nesta segunda-feira (17), colegas, trabalhadores e sindicalistas realizaram um protesto em defesa de Ikaro, em frente a Eletronorte no Distrito Federal (DF).

Ikaro recebeu um comunicado de abertura de processo de demissão por justa causa da holding da Eletrobrás, na última sexta-feira (14), acusado de ferir o código de ética da empresa por se posicionar contra a privatização. Como sindicalista, o engenheiro tem estabilidade no emprego até abril de 2024 e só poderia ser demitido por justa causa.

“Eles não alegam nenhuma falha em relação às minhas atividades profissionais. Não acharam nada que pudesse ensejar uma punição. Estão forçando a barra. A verdade é que estou sendo acusado de crimes de opinião, por ter manifestado a minha contrariedade com a privatização, e de me manifestar claramente que

a privatização foi um crime contra o país”, disse Ikaro.

Para justificar sua prática antissindical, a empresa alega que o engenheiro ofendeu o seu código de conduta, ao difamar a imagem da Eletrobrás e a honra dos seus dirigentes com os artigos e declarações à imprensa.

Ikaro, que também foi dirigente sindical e conselheiro eleito do Conselho de Administração da Eletronorte, terá um prazo de cinco dias úteis para que apresente sua defesa contra as acusações de “difamação” em suas entrevistas nas quais defende a reestatização da empresa.

Para Ikaro, a demissão é uma retaliação devido às suas posições políticas. “A demissão por justa causa é uma forma de se vingar de mim e também, principalmente, para intimidar a categoria e os dirigentes sindicais. A gente sabe que, na verdade, há uma lista de dirigentes que a empresa pretende demitir de todas as formas. E disso que se trata. É uma tentativa de intimidação e vingança, já que a gente está denunciando todos os malfeitos desse pessoal que tomou a Eletrobrás de assalto”, afirmou Ikaro Chaves.

Em nota, o Sindicato

dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas Eletricistas no Distrito Federal (STIU-DF) ressalta que o direito à livre manifestação é garantia constitucional. “A tentativa da Eletrobrás de cercear a liberdade das pessoas em se expressarem é uma das características dos tempos sombrios da ditadura, que o povo brasileiro não aceita mais”, disse.

“As ações da Eletrobrás que tentam reprimir a atuação de lideranças profissionais e sindicais da categoria não impedirão a nossa luta pela retomada da Eletrobrás para o povo brasileiro. Abrir um processo de demissão, por justa causa, contra lideranças e tentar reprimir a atuação de dirigentes sindicais demonstra que estamos no caminho certo e que temos de intensificar, ainda mais, a nossa luta”, completou.

Em nota, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) classificou como “truculento e antidemocrático o comunicado de abertura do processo de demissão de Ikaro Chaves”. “Uma clara arbitrariedade, uma escandalosa prática antissindical”, afirmou a Central.

Funcionários públicos defenderam política de valorização salarial em reunião com governo

Na última terça-feira (11), foi retomada a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), fórum que visa garantir espaço para as tratativas entre o governo e os servidores do Executivo federal para discussão das demandas da categoria.

Após a cerimônia de assinatura do protocolo, com a presença de ministros e entidades representativas dos funcionários públicos, os servidores apresentaram uma pauta unificada com propostas que contemplam uma política de reposição das perdas salariais do funcionalismo anual a partir de 2024.

A primeira medida do governo após a reabertura de negociação com o funcionalismo, em fevereiro deste ano, foi a recomposição emergencial linear de 9% nos salários. Para as entidades, o reajuste atenuou a crítica situação dos servidores, que sofrem com perdas salariais, agravadas com o total congelamento dos salários nos anos do governo Bolsonaro.

Agora, o funcionalismo reivindica a recomposição das perdas acumuladas nos últimos anos, em percentual diferenciado para carreiras que ficaram mais tempo sem reajuste, entre outras reivindicações.

Na reunião, o presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, apontou a queda do gasto com pessoal da União, enfatizando a falta de compromisso com os serviços públicos na gestão anterior, e defendeu que há espaço para avançar na valorização das carreiras.

“O gasto com pessoal civil teve uma queda em valores reais, no governo anterior, de 4,32%, indo de R\$ 145 bilhões, em 2019, para R\$ 139 bilhões, ao final de 2022. A relação de gasto com pessoal/PIB atual é a menor do milênio, porque nós saímos de 4,8% de gasto de pessoal em relação ao PIB, em 2001, e hoje chegamos a 3,4%. Isso se fez à custa do endividamento dos servidores públicos, que, desde

2016, cresceu cerca de R\$ 200 bilhões”, ressaltou.

De acordo com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, o endividamento dos servidores também preocupa o governo. “[O presidente] tem essa preocupação, sabe que foi fruto de uma precarização para a maior parte dos servidores públicos federais, que estava desde 2017 sem reajuste. Isso gera uma perda de poder de compra absurdo. Estamos discutindo isso e queremos entender o que aconteceu neste período e entender como a gente pode contribuir nesta discussão”, pontuou.

Ela seguiu defendendo a importância, nesse contexto, de tornar a “negociação perene e não ao sabor do governo que entre”, com a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Além da reivindicação salarial, os representantes do funcionalismo reivindicam a regulamentação da Convenção 151 (que dispõe sobre os direitos dos funcionários públicos) e o fortalecimento da Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex), criada em 2018 para centralizar a gestão dos aposentados e pensionistas dos órgãos da Administração Pública Federal Direta. Também compõem a pauta a normatização do Benefício Especial e a revogação de quinze dispositivos legais, dentre decretos e portarias, que trazem prejuízos ao funcionalismo.

O coordenador da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o secretário de Relações do Trabalho, José Lopes Feijóo, disse que levará a pauta para ser discutida pela equipe do MGI, para a apresentação de uma primeira proposta sobre a questão salarial.

Sobre os itens não remuneratórios, o governo vai publicar um decreto para definir Grupo de Trabalho para elaboração de instrumentos normativos para regulamentação da Convenção 151 da OIT.

Marinho: “Terceirização irrestrita é irmã gêmea do trabalho análogo à escravidão”

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reforçou a necessidade de revisão da legislação trabalhista durante o lançamento de um “pacto” pelo trabalho decente nas lavouras de café do Espírito Santo, nesta segunda-feira (10).

Segundo Marinho, a “reforma” implementada em 2017 trouxe insegurança jurídica ao país, mas insistiu na necessidade de mudanças por meio de acordos entre as partes. “Estamos dialogando, estamos chamando para o entendimento, estamos pedindo ajuda nesse processo. Se com tudo isso alguém desrespeitar (a legislação), precisa ter o rigor, a mão forte do Estado”, disse Marinho.

Na possível revisão de temas trabalhistas, Marinho citou a questão da terceirização, que antes era restrita a atividades-meio e foi ampliada – também a partir de 2017 – para todas as atividades. Para o ministro, terceirização, como está hoje, “é irmã gêmea do trabalho análogo à escravidão”. Assim, acrescentou, “é preciso modernizar, mas é preciso valorizar o trabalho”. Ele

lembrou ainda que o Brasil já alvo de denúncias na Organização Internacional do Trabalho (OIT) devido à precarização.

“Queremos construir uma relação do trabalho responsável, onde a tecnologia não esteja somente a serviço da exploração, mas em benefício do conjunto da sociedade”, prosseguiu Marinho, citando o exemplo do trabalho por aplicativos.

O ministro ressaltou que o pacto firmado hoje em Vitória busca disseminar “bom senso” para erradicar a prática do trabalho análogo à escravidão. O ministro informou que apenas neste ano foram resgatados 1.641 pessoas, um recorde para o período, sendo 55 no Espírito Santo. “Todos no café”.

Marinho também fez referência ao governo anterior, que costuma chamar de período “das trevas”. E afirmou que o país, agora em “reconstrução”, ainda é vítima de um período “catastrófico” e “nebuloso”. “Queremos estimular boas práticas. Precisamos olhar para frente, para construir entendimentos sólidos, para não voltar de novo ao retrocesso”.





Garoto palestino preso pela ocupação Israel transforma territórios palestinos em “prisão a céu aberto”, diz relatora da ONU

Francesca Albanese, jurista e relatora especial das Nações Unidas sobre direitos humanos nos territórios palestinos, disse ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC) que a ocupação de 56 anos de Israel nos territórios palestinos transformou a Cisjordânia em uma “prisão a céu aberto” para os palestinos.

“Não há outra maneira de definir o regime que Israel impôs aos palestinos – que é apartheid por padrão – a não ser uma prisão a céu aberto”, denunciou Albanese, durante uma coletiva de imprensa em Genebra após a apresentação de seu “Informe do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967” ao UNHRC na semana passada.

Ela afirmou ainda que o alto número de condenações criminais de palestinos decorre de “violações do direito internacional e criminalização de atos comuns da vida”. O relatório descreve as “ocupações de sua equipe sobre a privação arbitrária generalizada e sistemática de liberdade no território palestino ocupado”, com Albanese assinalando ainda que o informe “não pode capturar a escala e a extensão da privação arbitrária de liberdade no território palestino ocupado”.

“Nem”, acrescentou relatora especial da ONU, “pode transmitir o sofrimento de milhões de palestinos que foram, direta ou indiretamente, afetados”. Assim, Albanese estendeu à Cisjordânia ocupada a descrição que já era feita comumente sobre Gaza, por causa do bloqueio de 16 anos imposto por Israel. Segundo o relatório, Israel enquadrou toda a população palestina que vive nos territórios ocupados “como uma ameaça à segurança, muitas vezes considerada culpada e punida com prisão, mesmo quando tenta exercer liberdades fundamentais”.

Além disso, enfatizou Albanese, “ao considerar todos os palestinos como uma ameaça potencial à segurança, Israel está obscurecendo a linha entre sua própria segurança e a segurança de seu plano de anexação”.

A relatora especial da ONU descobriu que, desde 1967, mais de 800.000 palestinos, incluindo crianças de até 12 anos, foram detidos pelas autoridades israelenses. “Os palestinos são considerados culpados sem provas, presos sem mandados, detidos sem acusação ou julgamento com muita frequência e brutalizados sob custódia israelense”, acrescentou a relatora especial, destacando as práticas de detenção de Israel que podem constituir crimes internacionais.

“Devemos reconhecer que a maioria dos palestinos foi condenada por uma série de violações do direito internacional, como discriminação, perseguição e violações do devido processo e por atos comuns da vida e do exercício de direitos civis e políticos legítimos”, reiterou Albanese.

Ela concluiu que o “conjunto de leis, procedimentos e técnicas de confinamento coercitivo de Israel transforma o território palestino ocupado em um panóptico ao ar livre constantemente vigiado”.

Israel construiu assentamentos ilegais, estradas segregadas, muros, postos de controle e infraestruturas físicas que “estão nas mãos dos militares israelenses, que escrevem, impõem e revisam essas leis marciais que se aplicam apenas aos palestinos”, agindo como uma autoridade arbitrária que priva de liberdade os palestinos, destacou o relatório.

PILAR DO APARTEID

Ao mesmo tempo, Israel aplica apenas suas próprias leis domésticas aos colonos supremacistas judeus que vivem na Cisjordânia ocupada e em Jerusalém Oriental – que são os que mais evidentemente cometem roubo de terra alheia –, em violação da lei internacional.

“Este sistema legal dual é o pilar do regime de apartheid de Israel. A presença da Autoridade Palestina não muda essa realidade, nem altera as obrigações de Israel perante o direito internacional”, disse.

Embora o Estado da Palestina tenha convidado a Relatora Especial, Israel se recusou a permitir que ela entrasse nos territórios palestinos para obter provas. Em vez disso, ela foi forçada a apelar para reuniões virtuais, bem como depoimentos de testemunhas e uma análise abrangente de fontes primárias e públicas.

O relatório de Albanese vem apenas uma semana depois que 1.000 soldados israelenses, protegidos por helicópteros armados e drones, invadiram a cidade de Jenin, no norte da Cisjordânia, e seu campo de refugiados, lar de 14.000 palestinos, em uma das maiores operações militares na Cisjordânia ocupada em 20 anos.

As tropas realizaram a destruição deliberada de infraestrutura civil, incluindo abastecimento de água e eletricidade e instalações de saúde. Elas mataram pelo menos 12 palestinos, incluindo quatro adolescentes, feriram mais de 100 e forçaram um quarto da população do campo a fugir.

O relatório de Albanese registra que, desde 1967, Israel aprovou “2.500 ordens que controlam todas as minúcias da vida dos palestinos, incluindo ordem e segurança públicas, gestão de recursos naturais, educação, transporte, administração da justiça, administração fiscal, tributação, planejamento e zoneamento”.

Estas medidas, juntamente com o plano de anexação da Cisjordânia, visam “a despalestinização do território ocupado” e a eliminação do direito dos palestinos à existência como entidade nacional.

A coalizão de partidos de extrema-direita do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, incluindo fascistas com uma grande base nos assentamentos ilegais na Cisjordânia, está se preparando para o deslocamento forçado de milhões de palestinos e a incorporação da Cisjordânia a Israel.

O que foi explicitado abertamente pelo ministro das finanças de Israel e líder do partido Sionismo Religioso, Bezalel Smotrich, em seu plano “One Hope”, que não passa de um planejamento para a limpeza étnica e anexação. Para o fascista, uma guerra em larga escala que apagasse qualquer esperança de um Estado palestino e oficializasse o apartheid seria mais econômico a longo prazo do que tentar “administrar” o conflito.

Atiçar guerra na Ucrânia com bombas de fragmentação isola Washington



Cada bomba de fragmentação lançada espalha no ar dezenas de pequenas granadas

China responde à aliança neocolonial: “Otan é a verdadeira arruaceira”

A Otan é “a verdadeira arruaceira” que abraçou totalmente “o pensamento da Guerra Fria e o preconceito ideológico”, afirmou o representante permanente da China na ONU, Zhang Jun, em reação ao comunicado emitido na cúpula de Vilna da aliança militar, em que esta acusou Pequim de buscar “políticas coercitivas” e desafiar os interesses do bloco.

O comunicado da Otan também atribuiu à China uma ampla gama de ferramentas para aumentar sua presença global e minar a segurança dos membros da aliança do Atlântico Norte.

Zhang classificou a declaração da Otan como “calúnia” e “difamação” da China, assinalando que o bloco militar avassalado por Washington ainda está preso a uma mentalidade de Guerra Fria.

Ele destacou que, embora a Otan se diga uma organização regional, ela viola esse princípio ao entrar na região da Ásia-Pacífico, “trazendo mais impactos negativos e fatores destrutivos para a segurança regional e global”.

Zhang disse que, apesar da Otan afirmar ser uma aliança defensiva, ela incentiva seus membros a aumentar os gastos militares, cruzar fronteiras e provocar confrontos.

O bloco, ele acrescentou, se apresenta como o campeão da “ordem internacional baseada em regras”, mas “violou repetidamente o direito internacional...”, interferiu nos assuntos internos de outros países, provocou muitas guerras, bombardeou instalações diplomáticas, [e] matou civis inocentes.”

Os membros individuais da Otan perseguem padrões duplos, promovem o compartilhamento nuclear, a “aliança nuclear” e exacerbam ainda mais as tensões regionais, ele sublinhou.

“Numerosos fatos provaram que a Otan é a verdadeira encrunqueira”.

“A China não causa problemas, mas não tem medo de problemas”, advertiu Zhang, acrescentando que Pequim se oporá resolutamente a qualquer invasão da integridade territorial e dos interesses nacionais da China.

As observações de Zhang vêm depois que o Ministério das Relações Exteriores da China advertiu a OTAN contra a abertura de um escritório de ligação no Japão, o primeiro de seu tipo na região da Ásia-Pacífico.

A questão, segundo os analistas, ficou de fora do comunicado, devido a oposição da França. De acordo com o Nikkei Ásia, a declaração relevante foi removida da versão final do documento, com uma decisão sobre o assunto adiada para uma data posterior.

Foi a segunda cúpula seguida da Otan que teve como convidados os chefes de governo do Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, enquanto Washington esconde sua disposição de intrometer a Otan na região Ásia-Pacífico.

Para a Rádio Internacional da China (RIC), o recente comunicado da Otan, que mencionou a China mais de dez vezes, adotou uma atitude mais agressiva.

Segundo a emissora chinesa, o governo Biden afirmou claramente que a “estratégia Indo-Pacífico” exige a participação da Otan e definiu a China como “concorrente estratégico mais importante”, também rotulada de “desafio sistemático”.

As acusações de Washington contra a China não têm base nos fatos, aponta a emissora. “O país asiático nunca iniciou nenhum conflito, nunca ocupou um centímetro de terra de outros países e jamais lançou uma guerra por procuração. Nos últimos 30 anos, a China enviou mais de 50 mil pessoas para as operações de manutenção da paz da ONU e é considerada como ‘o fator-chave e a força-chave das operações de manutenção da paz’”.

A RIC lembrou ainda que embora afirme ser uma “organização defensiva e defender a ordem internacional baseada em regras”, a Otan promoveu conflitos contra a Iugoslávia, Síria e outros países soberanos, levando à morte de um grande número de civis, e ao desabrigo de milhões de pessoas.

A emissora destacou ainda que, na coletiva após a cúpula, o presidente francês, Emmanuel Macron, reiterou sua oposição à instalação de um escritório da Otan no Japão, assinalando que a aliança militar é uma organização do Atlântico Norte e o Japão não está na região.



Zhang Jun embaixador da China na ONU

ONU: “3,3 bilhões vivem em países que gastam mais com juros da dívida do que em educação e saúde”

“É o resultado da desigualdade construída em nosso obsoleto sistema financeiro global, que reflete a dinâmica do poder colonial da época em que foi criado”, afirma o secretário-geral Antonio Guterres.

“Cerca de 3,3 bilhões de pessoas – quase metade da humanidade – vivem em países que gastam mais com pagamento de juros da dívida do que com educação ou saúde”, disse o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, citando um novo relatório publicado pelo Grupo Global de Resposta à Crise da ONU sobre Alimentos, Energia e Finanças (GCRG) na quarta-feira (12).

Ele advertiu que “metade do nosso mundo está afundando em um desastre, alimentado por uma crise de dívida esmagadora” e pediu alívio fiscal urgente. “E, no entanto, como a maioria dessas dívidas insustentáveis está concentrada em países pobres, elas não são consideradas um risco sistêmico para o sistema financeiro global”, disse Guterres. “Isso é uma miragem.”

“3,3 bilhões de pessoas é mais do que um risco sistêmico. É uma falha sistêmica. Os mercados podem parecer não estar sofrendo — ainda. Mas as pessoas estão”, disse Guterres.

122 milhões de pessoas à fome em todo o mundo desde 2019, com cerca de 735 milhões de pessoas sofrendo de falta de alimentos desde o ano passado.

Em termos de nutrição, mais de 3,1 bilhões de pessoas em todo o mundo não puderam pagar uma dieta saudável em 2021 – quase o mesmo número que vive em países obrigados a priorizar o pagamento da dívida em detrimento do bem-estar social.

De acordo com o relatório do GCRG, Um Mundo de Dívidas: Um Fardo Crescente para a Prosperidade Global, tais problemas estão de fato conectados.



Antonio Guterres, secretário-geral da ONU

Nos EUA, cresce o clamor contra a repetição dos crimes de guerra com bombas de fragmentação já vistos no Vietnã, Iugoslávia, Afeganistão e Iraque

China pede que ‘parem de jogar mais lenha na fogueira’. Nos EUA, cresce o clamor contra a repetição dos crimes de guerra com bombas de fragmentação já vistos no Vietnã, Iugoslávia, Afeganistão e Iraque.

A repetição dos crimes de guerra com bombas de fragmentação já vistos no Vietnã, Iugoslávia, Afeganistão e Iraque. Até mesmo Berlim, Londres e Roma discordaram.

A China se manifestou na contra a decisão da Casa Branca de fornecer bombas de fragmentação – também chamadas de ‘munição cluster’ – ao regime de Kiev, oposição expressa até mesmo pela Alemanha, Grã Bretanha, Itália, Canadá, Espanha e Nova Zelândia. A ONU, a Cruz Vermelha Internacional e a Anistia Internacional também se pronunciaram contra.

“A China notou que a decisão dos EUA causou preocupação generalizada na comunidade internacional. Muitos países expressaram explicitamente sua oposição a isso. A entrega irresponsável de munições cluster pode facilmente causar problemas humanitários”, disse a porta-voz da chancelaria chinesa, Mao Ning.

As bombas de fragmentação, uma vez lançadas, se abrem no ar, espalhando muitas mini-bombas em uma ampla área, que podem mutilar e matar civis e que, quando não detonadas, representam um perigo por anos. Analistas militares confirmam que um alto percentual delas não explode no impacto, fazendo do território atingido um campo minado. Acordo apoiado por 123 países, assinado em 2008, proibiu seu uso.

A porta-voz chinesa chamou a parar “de jogar mais lenha na fogueira e de agravar ainda mais a crise na Ucrânia”. Na sexta-feira, a confirmação do envio de bombas de fragmentação foi feita pelo próprio presidente Joe Biden, que alegou que Kiev e os EUA estariam ficando sem munição, acrescentando que isso seria feito até que os Estados Unidos “produzam mais munições de 155 mm”, de acordo com a CNN.

O anúncio foi feito às vésperas da cúpula da Otan na Lituânia, que ocorre dias 11 e 12, em que as notícias não são propriamente animadoras para o regime de Kiev, nem para seus mestres de Washington e Bruxelas.

Segundo Biden, foi uma decisão “muito difícil”. “Decidi que eles precisam disso”, disse o chefe da Casa Branca, segundo o qual a questão principal é se a Ucrânia “tem as armas para parar os russos agora, para impedi-los de parar a ofensiva ucraniana, ou não” – e os civis, ora os civis, são só um “detalhe”.

Além das bombas de fragmentação, Washington está enviando mais mísseis, mais baterias antiaéreas Patriot e 64 blindados, entre Bradleys e Strykers, no valor de US\$ 800 milhões, no 42º pacote de “ajuda” ao regime de Kiev, que já totaliza US\$ 40 bilhões só em armas.

Como lembrou a líder pacifista Medea Benjamin, fundadora do CodePink, “o ímpeto para a histórica Convenção da ONU sobre Munições Cluster de 2008 veio precisamente do uso indiscriminado dessas armas pelos EUA no Sudeste Asiático nas décadas de 1960 e 1970. No Laos, os militares dos EUA cobriram o país com quase 300 milhões de bombas, muitas das quais não detonaram imediatamente, apenas para mais tarde – depois que os EUA se retiraram do Sudeste Asiático – mutilaram adultos e crianças que pisaram acidentalmente nas bombas de fragmentação ou pegaram as bolas brilhantes pensando que eram brinquedos”. Foi o que se repetiu na Iugoslávia, Afeganistão, Iraque e outros países que se tornaram alvo da ira imperial.

CLAMOR NOS EUA

A decisão de usar as bombas de fragmentação na Ucrânia também sofreu a condenação de quarenta organizações de direitos humanos, de parlamentares democratas e republicanos e ate de editorial do New York Times.

“A decisão do presidente Biden de enviar munições cluster para a Ucrânia indignou a maioria dos democratas”, disse o New York Times. Os democratas – registra o editorial – acusam o governo dos EUA de “tomar uma decisão hipócrita que põe em risco” a autoridade do país.

“Enviar munições cluster para a Ucrânia equivale a uma clara escalada de um conflito que já se tornou muito violento e destrutivo. Mas um problema maior é o uso de armas, que foi condenado pela maior parte do mundo, incluindo a maioria dos aliados mais próximos dos Estados Unidos. (...) A chuva de bombas pode dar à Ucrânia uma vantagem militar a curto prazo, mas não será decisiva e não compensará os danos causados à população civil da Ucrânia agora e provavelmente às gerações futuras.”

Em um comunicado, a US Cluster Munition Coalition disse estar “horrorizada com a decisão do presidente Biden de transferir essas armas proibidas e pede que ele reconsidere, dados os significativos riscos humanitários, de direitos humanos e políticos envolvidos”.

“A decisão do governo Biden de transferir munições cluster para a Ucrânia é desnecessária e um erro terrível”, disse a deputada Betty McCollum (D-Minn.), membro graduado do Subcomitê de Dotações da Câmara para a Defesa. “O legado das bombas de fragmentação é miséria, morte e limpeza cara gerações após seu uso.” “Essas armas devem ser eliminadas de nossos estoques, não despejadas na Ucrânia”, acrescentou.

Os senadores democratas Patrick Leahy e Jeff Merkley denunciaram que o uso de bombas de fragmentação irá exacerbar o já devastador impacto do conflito sobre os civis. “Sabendo que essas armas causam terror e caos indiscriminados, nós dois – e muitos outros na comunidade internacional – trabalhamos há anos para acabar com seu uso”, escreveram os senadores no The Washington Post.

Por sua vez, o portal Common Dreams revelou que Biden está violando até mesmo uma determinação, na lei de financiamento do Pentágono, que proíbe o uso de bombas de fragmentação com taxa de falha superior a 1%.

No caso da principal munição em consideração por Washington para entrega a Kiev, o projétil de artilharia M864, a taxa de falha é de 6%, de acordo com a última estimativa publicamente disponível do Pentágono, de mais de 20 anos, segundo o Washington Post. O que significa que “pelo menos quatro de cada uma das 72 submunições que cada projétil carrega permanecerá sem explodir em uma área de aproximadamente 22.500 metros quadrados – aproximadamente o tamanho de 4½ campos de futebol”.

No ano passado, o Serviço de Pesquisa do Congresso descobriu que a taxa real de falha é maior do que o Pentágono afirma: “Parece haver discrepâncias significativas entre as estimativas de taxa de falha. Alguns fabricantes afirmam uma taxa de falha de submunição de 2% a 5%, enquanto os especialistas em desminagem frequentemente relatam taxas de falha de 10% a 30%. Vários fatores influenciam a confiabilidade da submunição. Isso inclui técnica de entrega, idade da submunição, temperatura do ar, pouso em solo macio ou lamacento, ficar preso em árvores e vegetação e submunições danificadas após a dispersão ou pouso de maneira que suas espoletas de impacto não sejam iniciadas”.

“O Pentágono afirma que a munição que fornecerá tem uma taxa de insucesso menor. Mas nunca produziu dados de testes que apoiassem suas afirmações”.

De acordo com portal Moon of Alabama, Biden contornaria esse limite legal de 1% de falha e o Congresso, conforme uma fonte da Casa Branca, por meio de uma cláusula raramente usada da Lei de Assistência Externa, que permite ao presidente fornecer ajuda, independentemente de dotações ou restrições à exportação de armas, desde que ele determine que é do “interesse vital” da segurança nacional dos EUA.

O anúncio também foi repudiado pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo, Maria Zakharova, que denunciou que “ao abastecer a Ucrânia com essas bombas, os EUA se tornarão cúmplices e transformarão o território ucraniano em campo minado”.



“Extradição é ataque dos EUA à liberdade de imprensa”, acrescenta a esposa e advogada do fundador do WikiLeaks

Stella Assange cobra de Biden a suspensão da extradição do jornalista

“Libertar Assange é lutar contra a impunidade daqueles que cometeram crimes de guerra”, afirmou a advogada e ativista de direitos humanos Stella Moris-Assange, casada com o jornalista australiano e coordenador do WikiLeaks.

Os inúmeros vazamentos os quais estão sendo amplamente divulgados em vídeo, comprovaram o ataque aéreo de um helicóptero militar dos Estados Unidos em 2007, em Bagdá, que matou civis iraquianos e dois jornalistas da Reuters.

Além dos crimes de guerra cometidos no Iraque, também constam das denúncias de Assange as torturas em Guantánamo – parte ilegalmente ocupada de Cuba pelos norte-americanos. A maior parte dos documentos chegou ao WikiLeaks pela ex-analista de inteligência do exército Chelsea Manning.

Durante evento realizado nesta segunda-feira (10) em Genebra para sensibilizar a comunidade internacional em relação à gravidade das práticas jurídicas e prisionais cometidas contra o jornalista, Stella alertou que o padrão adotado pela Justiça britânica é o de classificar jornalistas como espíões e o público como inimigo. Agora, a Inglaterra está prestes a extraditar Assange para os Estados Unidos, onde já tem a pena de 175 anos de prisão decretada, assinalou.

“Minha maior preocupação é que o Reino Unido tenha se tornado extremamente hostil ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos”, disse Stella, sublinhando a necessidade deste atentado às liberdades ser barrado através de uma decisão do tribunal europeu a qual não sabemos se a Inglaterra acatará.

Caso a retaliação de Washington siga seu curso, Stella adverte que a liberdade de imprensa nos EUA será a mais prejudicada e apontou, “o jornalismo é uma profissão moribunda ou morta, a menos que essa tendência possa ser revertida”.

Diante da gravidade da situação, Stella solicitou o imediato indulto para o marido, e que o presidente dos EUA, Joe Biden, necessita fazer com que a liberdade seja respeitada.

A advogada elogiou a postura do presidente Lula de se posicionar firmemente em defesa da libertação de Assange, pois quando o líder brasileiro fala, “o mundo escuta”. Isso é ainda mais fundamental, ponderou, desde que os procedimentos jurídicos na Inglaterra praticamente se esgotaram. Agora, mais do que nunca, ressalta, “é uma responsabilidade da comunidade internacional defender a democracia”.

Stella finalizou agradecendo o apoio “realmente muito importante do Brasil”.

Entre outras centenas de nomes no mundo todo, intelectuais e políticos como Jeremy Corbyn, ex-presidente do Partido Trabalhista inglês; o repórter do caso conhecido como Papeis do Pentágono, Daniel Ellsberg; testemunharam em apoio a Assange no evento denominado Tribunal Belmarsh (nome da cadeia onde se encontra Julian), realizado em Washington.

Os diretores e editores dos jornais El País, The New York Times, The Guardian, Le Monde, e Der Spiegel, também se manifestaram em carta aberta ao presidente Biden exigindo que acabe com a “perseguição contra Julian Assange”. “Obter e revelar informações sensível é parte fundamental do trabalho cotidiano dos jornalistas”, anotaram os responsáveis pelas publicações, enfatizando que “se este trabalho for criminalizado, o nosso discurso público e as nossas democracias ficam consideravelmente enfraquecidos”.



Ato pela liberdade de Assange em Londres, fev/2020. (Neil Hall EFE)

Relatório da ONU denuncia câmaras de tortura do regime da Ucrânia



Nazistas do Batalhão Azov com rosto encoberto (Evgeny Kotenko/Sputnik)

Atores de Hollywood se somam à greve dos roteiristas e escritores

Atores e roteiristas de Hollywood realizam a primeira paralisação conjunta em seis décadas anunciou, na quinta-feira (13/07), o sindicato dos atores (Screen Actors Guild-American Federation of Television and Radio Artists SAG-AFTRA), que representa 160 mil atores sindicalizados de cinema, rádio e TV dos EUA.

Na noite da quarta-feira (12), o sindicato encerrou sem acordo as negociações de semanas com a Aliança de Produtores de Cinema e Televisão (AMPTP), órgão que reúne empresas como Netflix, Amazon, Apple, Disney, Warner, NBC Universal, Paramount e Sony. Juntando-se à greve dos roteiristas que se estende desde o início de maio, os atores reivindicam que os grandes produtores cinematográficos concordem com uma remuneração ajustada pela inflação, pagamentos por ganhos residuais (como reprises ou obras destinadas a novas plataformas de streaming) e a solicitação de encomendas de séries com temporadas mais curtas, além da regulação da inteligência artificial.

“Depois de mais de quatro semanas de negociação, a AMPTP continua relutante em oferecer um acordo justo sobre as principais questões essenciais para os membros do SAG-AFTRA”, disse o síndica-



Atores entram em greve (Michael Buckner-Variety)

to em comunicado.

Além dos pagamentos quando estão atuando, os atores recebem royalties toda vez que uma produção em que participam é exibida na televisão, de acordo com conquistas anteriores da categoria. Agora os atores exigem que os serviços de streaming, como Netflix e Disney+, divulguem números de audiência, ao invés de pagarem aos atores a mesma taxa fixa, independentemente da audiência.

A atriz Fran Drescher, presidente do SAG, assinalou que na última década a remuneração dos atores foi “severamente desgastada pela ascensão do sistema de streaming” e o desenvolvimento da Inteligência Artificial passou a represen-

tar “uma ameaça existencial para as profissões criativas”. “Todos os atores e performers merecem uma linguagem contratual que os proteja de ter a identidade e o talento explorados sem consentimento e pagamento”, apontou.

“Temos que nos levantar”, diz Fran Drescher ao anunciar a greve

“Os estúdios afirmam que estão perdendo dinheiro enquanto dão salários de centenas de milhões de dólares para seus executivos. E ofensivo. Eles estão do lado errado da história. Todo o modelo de negócio foi alterado pelo streaming, pela inteligência artificial, temos que nos levantar. Não vamos mais aceitar isso”, afirmou Fran.

Leia mais no site do HP

Coreia Popular denuncia invasão do seu espaço aéreo por aviões norte-americanos

A Coreia Popular denunciou, nesta segunda-feira (10), a invasão de espaço aéreo e intensificação das atividades de espionagem por aviões da inteligência e reconhecimento dos Estados Unidos.

“Um avião de reconhecimento da Força Aérea dos EUA, que recuou pela forte resposta da Força Aérea do Exército do Povo Coreano (KPA), novamente invadiu o céu acima da linha de demarcação militar marítima sob o controle da República Popular Democrática da Coreia”, afirmou Kim Yo-jong, vice-diretora de departamento do Partido dos Trabalhadores da RPDC e irmã de Kim Jong Un, líder do país, em declaração reproduzida pela Agência KCNA.

“Já notifiquei de antemão sobre contramedidas do nosso Exército mediante autorização. Em caso de repetição da intrusão ilegal, as forças dos EUA experimentarão um voo muito crítico”, afirmou.

Ela acrescentou que um avião de reconhecimento estratégico dos EUA “invadiu a zona econômica aquática do lado da RPDC no mar do Leste da Coreia [ou mar do Japão] por oito vezes” de 2 a 9 de julho.

PROVOCAÇÕES

“Todas as ações provocativas dos EUA devem ser cessadas imediatamente”, alertou um porta-voz do Ministério da Defesa norte-coreano em comunicado.

Pyeongyang condenou os planos norte-americanos de enviar um submarino com armas



Aviões dos EUA sobrevoam linha de demarcação da RPDC

nucleares para a área da península coreana e acusaram Washington de deixar a região à beira de um conflito.

Indicando que seria a “primeira aparição de armas nucleares estratégicas norte-americanas na península da Coreia desde 1981”, o porta-voz da RPDC descreveu a situação como “muito perigosa”, já que eleva as tensões na região para “uma fase crítica”, aproximando cada vez mais a região de um conflito.

Recentemente, o Pentágono havia anunciado o envio de um submarino de mísseis balísticos com armas nucleares para a Coreia do Sul sob a chamada ‘Declaração de Washington’, que foi projetada para “fortalecer os compromissos de dissuasão de Washington” a Seul dizendo que a região é que estaria diante de “ameaças persistentes”. A declaração foi assinada por Joe Biden e o presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeo-

len, em abril, durante uma cúpula na capital dos EUA.

Em 16 de junho, o submarino de mísseis guiados classe Ohio, movido a energia nuclear, USS Michigan, chegou à Coreia do Sul. Neste contexto, o vice-comandante das Forças Armadas dos EUA na Coreia, Scott Pleus, disse que esta classe de navios “tem dois objetivos: dissuasão e tranquilidade”. “A visita do USS Michigan visa assegurar ao povo coreano que eles permanecem protegidos por todo o espectro de capacidades dos EUA”, declarou.

O Ministério da Defesa norte-coreano chamou as ações de Washington de “chantagem nuclear contra a Coreia do Norte e seus vizinhos” e uma “séria ameaça” à paz e segurança mundiais. Além disso, o funcionário responsabilizou os EUA por qualquer evento adverso que pudesse levar a situação “aos extremos que ninguém quer”.

O relatório de Direitos Humanos da ONU confirma testemunhos de que governo de Kiev tortura civis e presos de guerra há nove anos

Um relatório do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, sigla em inglês) publicado em junho apontou que dezenas de civis foram torturados recentemente em câmaras de tortura instaladas pelas forças de segurança ucranianas.

O documento reforça testemunhos de que o governo de Kiev tem usado e abusado da tortura como arma contra civis e prisioneiros de guerra ao longo dos últimos nove anos.

O portal Sputnik publicou entrevistas com três sobreviventes dos centros do horror, sobreviventes do sequestro das forças ucranianas, o civil russo de Donetsk, especialista em metalurgia Andrey Sokolov; Larissa Gurina, uma ex-policial de Kharkov e Alexandra Valko, trabalhadora de um escritório.

“Eles invadiram meu apartamento [em Kharkov] todos vestindo ‘balaclavas’ [proteção do pescoço, face e crânio contra riscos de origem térmica]; havia 14 artilheiros de submetralhadora e cinco pessoas, incluindo investigadores e testemunhas. Eu sabia que prisões em massa e represões estavam ocorrendo em Kharkov. Eu entendi onde tudo isso iria levar”, informou Larissa.

Conforme a ex-policial descobriu, ela havia sido espionada anteriormente por cinco meses pelo Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) para depois ser sequestrada.

Na véspera de sua prisão, seu filho também havia sido detido. “Depois disso, fui levada ao prédio da SBU em Kharkov, na rua Sovnarkomovskiy. Meu primeiro interrogatório durou 37 horas sem parar”, lembrou. “Passei um ano detida, dos quais passei os últimos dois meses no campo e 10 meses na prisão. Fui levada aos interrogatórios todos os dias. Os interrogatórios duraram muitas horas seguidas”, relatou.

“SANGUE NO TETO”

“Você poderia gritar lá ao máximo, ninguém de cima ouviria. As vezes, eles me trancavam no banheiro. Era uma sala de 15 metros quadrados. A altura do teto deste prédio era alta, cerca de 3,5 metros. As paredes desta sala estavam cobertas de ladrilhos. Imagine só: as pessoas foram espancadas com tanta força que o sangue espirrou até o teto. Eles lavaram o sangue dos ladrilhos, mas no teto essas manchas permaneceram”, descreveu Larissa, frisando que “eles me bateram na cabeça, me bateram no estômago e de outras maneiras, em geral, esta é uma história muito horrível”.

“Fiquei com muito medo quando ameaçaram matar meus entes queridos: meu filho, minha mãe, minha neta. Minha neta é órfã. Eles prometeram tratá-los de maneira especialmente cruel. Eu publicamente, na frente de todos os investigadores, renunciei a meus entes queridos. Eu disse que não me importava com o destino deles, mostrei total indiferença, embora esse fosse o maior medo, a maior dor”.

Apesar desta tortura pessoal, o medo maior era a forma como os agentes do Serviço de Segurança ucraniano a forçaram a ver seu filho ser espancado quase até à morte diante dos seus olhos. “Meu filho se transformou em um saco de ossos; ele estava absolutamente preto [de hematomas]. Ele não tinha rosto; ambos os braços e várias costelas foram quebrados”, protestou.

Nascida na cidade russa de Inta, na República de Komi, Alexandra Valko mudou-se para a região

de Donbass e morava em Pervomayskoye, um vilarejo localizado a 74 km de Donetsk, trabalhando em um escritório de inspeção técnica de gás em Yasinovataya. Após o golpe de Estado em Kiev, Alexandra ficou do lado do povo das repúblicas de Donetsk e Lugansk e se engajou no trabalho humanitário.

“Em 11 de maio de 2014, realizamos um referendo de independência. Eu participei do referendo e trabalhei na comissão”, explicou Alexandra, quando o neonazista Batalhão Azov e o ultranacionalista ucraniano Setor de Direita tomaram Yasinovataya iniciaram sua campanha de “limpeza”.

FRATURAS NO ROSTO

“Eles disseram que eu era uma ativista pró-Rússia. Em 27 de janeiro de 2015, fui feita prisioneira. As 11 horas da noite, 12 pessoas em balaclavas com metralhadoras, com listras do Setor de Direita e do Azov invadiram meu apartamento e me levaram embora.

Fiquei em cativeiro por 19 dias. Eles me bateram muito forte, tive três fraturas no rosto. Meu nariz quebrou. quando me disseram que nasci na Rússia e que era uma sabotadora de Rostov.”

Eles a espancaram fortemente por sete dias seguidos, arrancando suas unhas e a mantiveram algemada por duas semanas, fazendo seus pulsos e dedos infeccionarem, com as pernas feridas e sangrando continuamente. Eles não a alimentaram, nem permitiram que fosse ao banheiro. Alexandra perdeu 53 quilos no cativeiro, embora implorando. “Os terroristas não podem ter um advogado”, descreveram.

“Fui transferida de uma sala para outra, que chamei de ‘frigorífico’. Era uma sala pequena, toda cimentada, toda ladrilhada. E quando fui trazida para esta sala, vi que havia buracos de bala e sangue fresco nas paredes. Entendi que era uma sala de tortura”, recordou. Assim, enquanto estava nesta sala, recebeu um pouco de peixe enlatado misturado com água crua e areia, tendo sido alimentada à força com essa gosma. Alexandra denuncia que outros prisioneiros famintos e severamente espancados, foram sujos e banhados em sangue, sendo humilhados e desumanizados.

Para o civil russo e especialista em metalurgia Andrey Sokolov, tais algozes “não são pessoas”, pois foi mantido em cativeiro pelo Serviço de Segurança da Ucrânia de dezembro de 2014 a outubro de 2016. “Eles precisam ser erradicados. Eles não me tiraram apenas 19 dias, perdi 20 anos da minha vida depois de ser torturado, depois de passar por tudo isso. Havia muitas pessoas como eu lá. Eles são piores que os fascistas”.

“Cheguei a Donetsk em meu carro pessoal e viajei pela república nele. Acabei no Serviço de Segurança, depois de entrar por engano em um posto de controle ucraniano quando estava indo de Donetsk para Gorlovka”.

“Ao verificar meus documentos, eles viram meu passaporte russo. Aos olhos deles, isso foi o suficiente para me deter”, descreveu. Após prendê-lo, o regime ucraniano não enviou Andrey à polícia ou ao Serviço de Segurança, mas o manteve em vários locais por duas semanas, sem registrar sua condição ou acusá-lo de qualquer crime, o fazendo desaparecer. Os parentes e amigos de Andrey perderam contato com ele e ninguém soube de seu paradeiro.

Leia íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

A cultura como eixo fundamental na reconstrução do Brasil



Publicamos, a seguir, a íntegra da intervenção do presidente do Centro Popular de Cultura da UMES-SP (CPC-UMES), Valério Bemfica, durante o debate de Cultura do 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Brasília, entre os dias 12 e 16/7

VALÉRIO BEMFICA

Com dia a todos e a todas. Eu queria agradecer à UNE, entidade da qual muito me orgulho de ter sido diretor, na pessoa de sua Presidente, Bruna Berla, e de sua Diretora de Cultura, Isa Gabriela, e da Paola Soccas, Coordenadora do CUCA da UNE, pelo convite para participar desse debate. Quero saudar meus companheiros e companheiras de mesa, Professora Lúcia Stumpf, minha companheira na primeira composição do Conselho Nacional de Juventude, no primeiro Governo Lula, Ana Petta, parceira de tantas batalhas na cultura, Rosa Amorim, que até pouco tempo atrás era Diretora de Cultura da UNE e hoje é combativa Deputada Estadual lá em Pernambuco e meu amigo o poeta Pedro Laurentino, meu Comandante na Brigada Internacional de Solidariedade à Nicarágua.

Feitas as saudações, quero reafirmar aqui uma provocação que fiz na 13ª Bienal da UNE. Eu comentava o fato de que o “Coiso” tinha alcançado 48% dos votos válidos na eleição presidencial. Ou seja, que 58 milhões de brasileiros, com maior ou menor entusiasmo, tinham feito coro aos grunhidos emanados do esgoto da história. E isso apesar de todos os crimes cometidos contra a saúde, o patrimônio público, a cultura, a educação e a economia nacionais. Na ocasião eu afirmei: “Me desculpem os sociólogos, filósofos, políticos, educadores, mas a resposta sobre como chegamos nisso – e de que forma podemos sair – está no campo cultural. Acho até que poderíamos ter a petulância de rebatizar essa mesa: ‘A cultura É o eixo fundamental na reconstrução do Brasil’.”

Por essa afirmação, tomei um leve puxão de orelhas de um grande amigo, marxista da melhor estirpe. Vou, por isso, tentar me explicar um pouco melhor. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência.”¹, nos lembra o bom e velho Marx. Ou seja, é a estrutura de classes, o conjunto de relações de produção de nossa sociedade que, em última instância, condiciona o que acontece na cultura, na política, nas relações sociais. É, portanto, evidente que a luta econômica, pela transformação das estruturas de produção da sociedade, sempre será a principal.

Nunca teremos uma educação verdadeiramente libertadora, uma cultura realmente popular e humanista, uma sociedade livre do racismo, do machismo e de qualquer outra forma de preconceito ou mesmo uma democracia plena enquanto vivermos um regime de opressão de classes. Isso não significa, evidentemente, que não devamos nos empenhar por estas bandeiras. Mas a luta fundamental sempre deverá ser contra a causa da exploração, não contra os efeitos.

A cultura, assim como a educação, as leis, as organizações políticas, a religião, etc., fazem parte de uma superestrutura, elevada sobre a base

econômica da sociedade, à qual corresponde e pela qual é determinada. As mudanças na base econômica estão dialeticamente conectadas com as transformações nas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas da sociedade, mas não acontecem nem no mesmo ritmo e nem da mesma forma.

Se conseguimos fazer avançar a consciência social, fazer com que o maior número possível de pessoas enxergue e entenda os conflitos e contradições de nossa base econômica, podemos acelerar as mudanças. Da mesma maneira, o sistema capitalista busca, de todas as formas, atrasar a consciência social. Faz isso solapando a educação, criando uma situação jurídica que criminaliza as lutas sociais e endeusa a propriedade privada, monopolizando os meios de comunicação e informação. E, nos dias de hoje, faz isso – esse é o meu ponto – principalmente através da colonização cultural.

A classe dominante, seja o imperialismo diretamente ou seus representantes locais, nunca se furto ao uso da violência. São abundantes os exemplos de guerras e ditaduras em nome da “liberdade” – do capital – e da “democracia” – dos ricos. Mas esses são métodos caros e difíceis de manter. O povo costuma apresentar uma resistência encarniçada: não gostamos de ser explorados, não gostamos de ser dominados. Volta e meia os imperialistas acabam escoraçados – Coreia, Vietnã, Afeganistão, Iraque, etc. Em outras vezes, o títere local acaba pendurado pelo pescoço ou pregado ao paredão...

Desenvolveram, então, um método mais fácil: colonizar as mentes. Tem até um nome bonito para isso: “soft power”. A colonização das mentes carrega consigo a colonização do território, do trabalho, dos corpos, dos sonhos e dos desejos. Paulo Freire, com incrível precisão, disse que “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.” Parafrazeio: quando a cultura é colonizada, o sonho do oprimido é ser igual ao opressor. Só que eles são ricos, nós, pobres. E a “culpa” é da nossa incompetência, não da exploração imperialista. E aí é que começa a sacanagem...

No plano social e econômico ficam parindo papers, artigos, tratados e teses para afirmar que o subdesenvolvimento em que vivemos é culpa do nosso modelo “estatizante”. Os países “ricos” têm poucas Estatais (mas muitos oligopólios). Precisamos privatizar as nossas (para eles). Nos EUA não existem direitos trabalhistas, precisamos acabar com os nossos. Que todos virem empreendedores (terceirizados da UBER e do IFood)! Precisamos de juros na estratosfera, para acabar com a inflação (enquanto os juros deles são negativos). Continuamos teimando em fazer a reforma agrária (que eles já fizeram há mais de cem anos) ao invés de deixar o “ogronegócio” em paz... Poderia citar aqui inúmeras outras receitas furadas, embaladas em papéis finos, que nos mandam desde a metrópole e que

Foto: @imatheusalves/UNE



Valério Bemfica, presidente do Centro Popular de Cultura da UMES-SP (CPC-UMES). Foto: Divulgação/JPL

são prontamente reproduzidas aqui pelos Roberto Campos Neto e Paulo Guedes da vida.

Mas volto ao terreno da cultura. E as coisas não são muito diferentes.

No campo do Audiovisual, a coisa é bem clara: sempre existiram políticas públicas para que a produção brasileira crescesse. Desde os tempos de Getúlio Vargas medidas como isenção de impostos para compra de insumos e equipamentos, cota de tela, incentivo à construção de salas, criação de escolas de cinema e presença estatal na distribuição garantiram que o percentual de público dos filmes brasileiros chegasse, no passado, a quase 40%, em um parque exibidor essencialmente nacional. Fechamos 2022 com cerca de 4%, com a maioria das salas em mãos de empresas estrangeiras. É claro que o descalabro bolsonarista piorou a situação, mas, nos últimos 10 anos, nunca estivemos acima dos 20%. O que mudou? Fomos convencidos de que o melhor que tínhamos a fazer era nos incorporarmos ao “mercado mundial”. A “retomada” do cinema nacional focou suas lentes na cartilha da indústria cultural.

É claro que seguimos tendo criadores maravilhosos, diretores, técnicos, atores e roteiristas. Mas o país de Anselmo Duarte, Glauber Rocha, Leon

Hirszman, Nelson Pereira dos Santos e Denoy de Oliveira precisa, para fazer filmes, da benção de distribuidoras, exibidores e empresas de streaming gringas! Em maior ou menor grau, produzimos segundo a estética, o formato, a temática e o calendário determinado pela metrópole. Hoje só teríamos um Terra em Transe ou um O Pagador de Promessas se a Netflix ou a Amazon abençoassem. E, com certeza, não o fariam.

Tampouco na música a coisa vai bem. No Brasil de Tom, Vinícius, João Gilberto, Chico, Caetano, Milton, Luiz Gonzaga, Cartola e Dona Lia de Itamaracá (para citar alguns, entre milhares), continuamos produzindo música da mais alta qualidade, mas só vinga o que emplacar dançinha no TikTok. A internet – antes embrulhada como o grande território da liberdade – virou o quintal de Zuckerbergs, Musks e Gates com seus algoritmos alienantes e manipuladores.

Eu poderia ficar recitando por horas exemplos de como o nosso teatro, a nossa poesia, as nossas artes plásticas, as nossas danças, o nosso idioma e a nossa culinária têm sofrido o deletério ataque dos colonizadores culturais. E também poderia citar milhares de exemplos dos resistentes. Mas

acho que vale mais a pena apontar caminhos, até porque o meu tempo está acabando.

Voltando ao campo político e citando, como fiz na Bienal, Bertolt Brecht, no epílogo da peça Arturo Ui: “ainda está fértil – e prenhe – o ventre que pariu a besta imunda”. Se não fizermos o que deve ser feito, o passado recente pode se repetir. Precisamos reconstruir o Brasil e para isso é fundamental, urgente, descolonizar a nossa cultura. Precisamos descobrir o óbvio: seguindo as receitas dos colonizadores, continuaremos colônia. Precisamos romper – na cultura, na política, na economia – com as fórmulas do neoliberalismo. Como fazer isso? Volto a Brecht:

Pois em tempo de desordem sangrenta,/ de confusão organizada,/ de arbitrariedade consciente,/ de humanidade desumanizada,/ nada deve parecer natural./ Nada deve parecer impossível de mudar.

Vamos começar “desnaturalizando” algumas “verdades absolutas”. A “globalização” não é um processo irreversível: é uma forma aguda de imperialismo! “Nação” e “nacionalismo” não devem ser ornamentos vazios do vocabulário protofascista: devem ser instrumentos de resistência popular! “Empreendedorismo”

não é uma forma moderna e superior de geração de emprego e renda: é aumento de exploração. “Inclusão social” não é sinônimo de consumo: é construção de cidadania, autonomia e consciência. Nossas favelas não devem “gerar falcões”, devem gerar seres humanos dignos e conscientes.

Os colonizadores veem nossos mais de cinco séculos de história como uma prova de nosso fracasso como Nação. As mentes colonizadas que por aqui habitam, veem como uma sucessão de conchavos e arreglos, e buscam desesperadamente modelos na metrópole para serem imitados. Os brasileiros devem enxergar 500 anos de resistência, de luta, de vitórias e de construção de uma das culturas mais ricas do mundo. E devem encontrar na sua autodeterminação, na sua criatividade e combatividade o caminho para a construção de uma pátria livre, justa e soberana.

Não faltarão alguns iludidos para dizer: você está sendo saudosista, a realidade agora é assim, o mundo mudou. Respondo: não virei militante para aceitar um mundo injusto. Não luto há quatro décadas para me conformar com uma realidade de iniquidades. Como já nos ensinou Vianinha, “O ‘revolucionário’ nem sempre é novo absolutamente, e o ‘novo’ nem sempre é revolucionário”².

Encerro dizendo, com Adoniran e Guarnieri, que precisamos nos lembrar que:

O nosso amor é mais gostoso/ Nossa saudade dura mais/ O nosso abraço mais apertado/ Nós não usa as bleque tais

Brasília, 13/07/2023

1 MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2003, Prefácio, p.5.

2 VIANNA FILHO, op. cit., p. 17